

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 538
19 de Abril de 1984

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português - Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



Encontro em Luanda com o camarada José Eduardo dos Santos, presidente do MPLA-PT e da República Popular de Angola



Encontro em São Tomé com o camarada Manuel Pinto da Costa, presidente do MLSTP e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Delegação do PCP visita Angola e S. Tomé

Independência nacional a caminho do futuro

Pág. 8 / Suplemento



Pág. 7

DEZENAS DE MILHAR DE MANIFESTANTES NAS MARCHAS DO PORTO

LUTAR e VIVER ABRIL

Centenas de iniciativas unitárias dão expressão às comemorações populares do 25 de Abril em todo o País. Neste número do «Avante!», duas páginas destacáveis dão conta de grande parte do vasto programa que mobiliza milhares de democratas



ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DE S. JOÃO DA MADEIRA

ESTRONDOSA DERROTA DO PS APU ELEGE UM VEREADOR

Pág. 3

TEMPO DE ANTENA DO PCP NA RTP 1

Segunda-feira depois do Telejornal



Entrevista com Álvaro Cunhal



ÁLVARO CUNHAL NOS AÇORES

O secretário-geral do PCP participou na II Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores pronunciando na sua sessão de encerramento o discurso que publicamos nas páginas centrais

PS, PPD E CDS APROVAM LEI DA «NOVA PIDE»

Pág. 3

SEMANA

11

Quarta-feira

O major Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, defende em conferência de imprensa que o X aniversário da Revolução seja comemorado com iniciativas verdadeiramente populares que possam contribuir para o renascimento da esperança e para o cumprimento do que de Abril está por cumprir. ■ Alvaro Cunhal regressa a Lisboa após visitas a Angola e S. Tomé e Príncipe. ■ O Tribunal Constitucional repõe em vigor a Lei do Serviço Nacional de Saúde, suspensa pelo governo de Balsemão através de um decreto agora declarado inconstitucional. ■ Entram em vigor os novos preços do tabaco, agravados em 25 por cento. ■ Konstantin Tchernenko, secretário-geral do PCUS, é eleito presidente do Soviete Supremo da URSS. ■ Termina em Lisboa a reunião sobre o «diálogo norte-sul» com uma declaração onde se recomenda «o reforço do FMI como instituição monetária internacional». ■

12

Quinta-feira



Bancários em luta

Mais de 20 mil trabalhadores de cerca de 50 empresas do distrito de Setúbal desfilam em direcção à Alameda protestando contra os salários em atraso, o desemprego e a miséria e exigindo a demissão do Governo do PS/PSD. ■ Em Lisboa, milhares de trabalhadores bancários rasgam na rua a proposta de CCTV apresentada pelo Governo, rejeitando desta forma o que consideram um insulto aos trabalhadores. ■ O PR recebe os partidos com representação parlamentar para consultas relativas à lei da despenalização parcial do aborto, a quem coloca a possibilidade da realização de um referendo sobre o assunto; o referendo não está consagrado na Constituição. ■ Representantes da Fretilin afirmam em Lisboa que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, assumiu uma posição de capitulação total face à Indonésia, no que respeita à situação em Timor-Leste. ■ Amin Gemayel inicia consultas com dirigentes da Frente de Salvação Nacional Libanesa. ■ A RFA, a exemplo de muitos outros países aliados dos EUA, condena a minagem dos portos da Nicarágua pela CIA.

13

Sexta-feira



Vigília em Montemor

Enquanto em Lisboa se anuncia o desfile popular do 25 de Abril entre o Marquês de Pombal e o Rossio, no Porto é denunciada a provocação do Governo que pretende ocupar no mesmo dia a baixa daquela cidade com bandas militares estrangeiras e impedir os festejos populares marcados para o mesmo local. ■ Começam em Lagos as jornadas parlamentares do PS. ■ O Supremo Tribunal Administrativo antula o despacho de demolição do Monumental, em Lisboa, mas a decisão chegou quando do antigo cinema não resta quase nada para demolir. ■ Trabalhadores agrícolas de Montemor-o-Novo fazem vigília nocturna junto à Câmara da vila em protesto contra o desemprego e as terras abandonadas que foram roubadas à Reforma Agrária. ■ A convite do MDP/CDE chega a Lisboa uma delegação da Frente Patriótica Popular da Hungria. ■ A Câmara de Representantes dos EUA condena por esmagadora maioria a minagem dos portos da Nicarágua; entretanto o director da CIA, William Casey, afirma que na eventualidade da agência-licar sem fundos para as suas criminosas operações poderá recorrer a outros países, como a Arábia Saudita... ■

14

Sábado

Milhares de pessoas participam no Porto e em Braga em marchas de protesto contra o desemprego, os salários em atraso e a miséria; a demissão do Governo, responsável pela política que está a levar a fome a tantas famílias, transformando-se cada vez mais numa exigência nacional; entretanto, no Porto, realiza-se uma homenagem nacional a Rui Luís Gomes. ■ Em entrevista a um semanário italiano, Mário Soares recorda o seu contributo contra «os russos» após o 25 de Abril de 1974, ao mesmo tempo que defende que a Europa deve «falar militarmente». ■ Abecasis manda trabalhadores do município de Lisboa arrancar cartazes e panos alusivos às comemorações populares do 25 de Abril. ■ O presidente dos EUA, Ronald Reagan, decide recorrer ao orçamento da Defesa para financiar o apoio a El Salvador, após o Congresso ter decidido não autorizar mais fundos para aquele fim. ■ A URSS apresenta na ONU propostas para a contenção da corrida aos armamentos nos mares e oceanos.

15

Domingo



Polícia proibe reunião

Pequenos e médios empresários de todos os distritos do País manifestam-se em Lisboa contra as medidas económicas e legislativas do Governo. ■ Violando a legislação em vigor, o Governo proíbe uma reunião da Múta dos Pescadores, recorrendo para tal a mais de duas dezenas de agentes da PSP. ■ A APU elege, pela primeira vez, um vereador para a Câmara de S. João da Madeira nas eleições intercalares aí realizadas; o CDS obtém a maioria. ■ Milhares de cubanos votam para eleger os seus representantes às Assembleias Municipais. ■ A minagem dos portos da Nicarágua é considerada pelo candidato às presidenciais norte-americanas, Mondale, como um acto de guerra; prosseguem entretanto na Nicarágua os combates em torno de San Juan Del Norte, atacado por reaccionários comandados por Eden Pastora.

16

Segunda-feira

Dois vereadores da Câmara Municipal de Loures, um do PS e outro do CDS, pedem suspensão temporária dos mandatos; a APU considera que se trata de mais uma manobra para impedir o funcionamento regular do executivo. ■ Ramalho Eanes chega a Ottawa, no Canadá, para uma visita oficial. ■ Uma delegação da CGTP-IN é recebida pelo Primeiro-Ministro, a quem apresenta propostas para a resolução do problema dos salários em atraso, o congelamento dos preços, o fim dos despedimentos e a criação de novos postos de trabalho; a Inter propõe a actualização do salário mínimo nacional. A resposta de Mário Soares é: que iria prosseguir a sua política! ■ Senador dos EUA demite-se da presidência da comissão do Senado para as informações, em protesto contra a minagem dos portos da Nicarágua. ■

17

Terça-feira

Trabalhadores vidreiros da Marinha Grande iniciam uma «caravana da fome», em bicicleta, em direcção a Lisboa, para exigir em S. Bento o pagamento dos salários em atraso e a reestruturação global do sector. ■ Chega a Lisboa em visita oficial Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica. ■ A Assembleia da República aprova, com os votos do PS, PSD, CDS e ASDI a lei que cria os serviços de informação. ■ Ramalho Eanes reúne no Canadá com os emigrantes portugueses. ■ O PCF toma posição contra o plano de reestruturação do governo francês, que prevê o despedimento de milhares de trabalhadores na Lorena. ■ Terminam no Cairo conversações oficiais entre o Egipto e a URSS, cujas relações, congeladas desde 1981 pelo então presidente Sadat, podem vir a ser reatadas em breve. ■ A revista americana «Time» anuncia que o ataque da ARDE à Nicarágua foi apoiado por forças navais norte-americanas.

Editorial

ABRIL NO CORAÇÃO, NA VONTADE E NA LUTA DAS MASSAS POPULARES

A uma semana do X Aniversário da Revolução de Abril, o Povo português tem bastos motivos de apreensão e vasta matéria de reflexão acerca de fenómenos nocivos que surgiram entre nós e tomaram corpo nos últimos tempos em resultado da política antipovo e antinacional do Governo Soares/Mota Pinto.

Tais fenómenos — alguns de aberta natureza fascizante — são típicos de uma profunda deterioração política da crise que assola o País, cujas raízes se encontram na obstinação restauracionista do poder dos monopólios que assaltou e anima a coligação governante.

Os surtos fascizantes da política do Governo são intrínsecos ao processo de demolição de Abril na economia, na vida política e social, nas instituições, na cultura — processo que se agravou perigosamente nos últimos dias nas iniciativas da clique Soares/Mota Pinto.

Comprova-se mais uma vez na nossa dura e instrutiva experiência nacional que a defesa a todo o transe dos interesses parasitários do capital financeiro sem pátria implica o cerceamento das liberdades democráticas, arrasta sempre consigo o agravamento brutal das condições de vida do povo, da ofensiva contra os salários, da instabilidade social, da violência e dos métodos repressivos contra o movimento operário e popular, da crescente alienação da independência nacional.

Mário Soares, que tanto se enfarpelava com uma roupagem de «esquerda», afirma-se cada vez mais como verdadeiro peão de brega da política de direita e de submissão ao imperialismo.

A aprovação na noite de segunda-feira na Assembleia da República — com os votos favoráveis de uma maioria PS, PSD, CDS e ASDI e a incompreensível abstenção do MDP/CDE e da UEDS — da lei que cria três novos serviços de informação é um passo dos mais graves e significativos no percurso fascizante da política do actual Governo.

A nova orgânica destes serviços, tutelada por um chamado Conselho Superior de Segurança, sob a direcção pessoal do próprio Mário Soares, molda os seus objectivos de informação, claramente definidos pelos autores da lei, nos da antiga PIDE/DGS.

Justamente, Carlos Brito, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, salientou que a Lei agora aprovada «visa criar de uma penada os mastins da banca privada e os bufos dos trabalhadores».

É um acto legislativo que não pode dissociar-se das cargas da polícia de choque contra os operários e o povo da Marinha Grande, contra os trabalhadores de Almada, de Setúbal, da Sorefame e tantos outros, contra os agricultores da Beira Litoral, contra os dirigentes sindicais detidos à porta do Primeiro-Ministro e posteriormente submetidos a julgamento, contra os pescadores da Múta, impedidos pela polícia e por despacho do Conselho de Ministros (!) de fazerem no último domingo na «Voz do Operário» a sua assembleia geral para eleição dos corpos gerentes.

As garantias dadas ao grande patronato e aos seus parceiros da coligação por Mário Soares, no fecho das jornadas parlamentares do PS, de que «a conflituosidade do Estado/sindicatos não passará as marcas», envolvem uma clara ameaça contra o movimento operário.

Não pode dissociar-se também da recusa a cumprir mais de duas centenas de acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo contra roubos de terras na zona da Reforma Agrária e a favor das UCP's/Cooperativas e do início da demolição do Monumental quando se aguardava o veredicto judicial que a declarou agora ilegítima.

Nem do cerco policial à Câmara de Loures quando esta efectuava as suas reuniões de rotina. Nem dos intentos do governador civil do Porto, Cal Brandão, de dificultar nos locais tradicionais as comemorações populares do Dia da Liberdade. Nem do arranque ordenado pelo presidente da CM de Lisboa dos cartazes e faixas de propaganda democrática do 25 de Abril.

As liberdades democráticas essenciais inscritas na

Constituição, são submetidas ao fogo da ofensiva contra-revolucionária, capitaneada por Soares e ordenada pelos círculos mais reaccionários do capital financeiro e do imperialismo.

As violações da legalidade democrática pela coligação governante são uma componente essencial da ofensiva de espoliação dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais para garantir no mais curto prazo e nos mais altos níveis a acumulação capitalista, a centralização de capitais, a penetração e domínio das grandes multinacionais nas actividades económicas e nas operações financeiras em Portugal.

A luta e a firme resistência dos trabalhadores e do povo impediram os aumentos declarados dos preços do pão, dos combustíveis, dos transportes, do leite, nos primeiros dias de Abril, e só o receio de uma enérgica resposta dos trabalhadores levou os deputados socialistas, reunidos nas jornadas parlamentares do Algarve, a recuar nas novas leis laborais que o Governo se propõe submeter à Assembleia da República.

Sintomaticamente o porta-voz das «jornadas», José Luis Nunes, afirmou que o desacordo com o PSD na questão da lei dos despedimentos «não é uma posição dogmática, pode vir a sofrer mais tarde alterações se novas circunstâncias se verificarem».

É pura demagogia que o PS — que tem rejeitado todas as propostas do PCP para o imediato pagamento dos salários, propostas que dariam uma solução viável a este escandaloso e calamitoso problema — venha agora anunciar um projecto de lei para o pagamento «com juros» dos salários em atraso, sem nenhuma alusão aos mecanismos para os fazer pagar e na intenção de a ver rejeitada pela oposição do seu parceiro de coligação já anunciada pela boca do ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo, que até «ameaça» sair do Governo «no caso do projecto de revisão das leis laborais não avançar por oposição dos socialistas».

O amplo movimento de protesto contra a prisão de mais de 200 dirigentes sindicais — entre eles, do deputado Manuel Lopes — obrigou Mário Soares a recuar e a receber uma delegação da CGTP-IN, a qual terá renovado as costumadas ameaças de repressão contra o movimento operário e sindical unitário.

Soares está manifestamente desesperado pela recusa da CGTP-IN a participar no chamado «Conselho de Concertação Social» — a «Câmara Corporativa» dos dias actuais — com o qual intenta submeter os interesses dos trabalhadores aos do alto patronato com a ajuda dos divisionistas da UGT.

Por sua vez os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais estão condenados à ruína e à própria pulverização social como classe, pela política e pelos projectos do Governo.

A clique governante Soares/Mota Pinto nenhuma medida toma para garantir à lavoura preços justos, escoamento dos produtos, créditos bonificados e sem juro. Para liquidar as dívidas e o pagamento de subsídios em atraso. Para assegurar o mercado pecuário, paralisado pelo encerramento das feiras de gado.

Os pequenos e médios comerciantes defrontam-se com uma queda brusca das vendas, por efeito da quebra do poder de compra da população. Sobre a ruína do pequeno comércio opera-se de forma acelerada a concentração da actividade comercial nas mãos dos grandes monopólios comerciais.

A perspectiva é ainda do agravamento deste ruinoso processo. O ministro do comércio, Álvaro Barreto, confessa abertamente que a adesão à CEE, desesperadamente procurada pelo Governo, «arrastará ainda mais falências».

O Governo Soares/Mota Pinto revela a cada passo a sua incapacidade de resolver e dar resposta aos problemas nacionais mais agudos. Por isso se restringe cada vez mais a sua base de apoio, por isso as

suas medidas de força revelam cada vez mais a sua fraqueza. Por isso, a clique governante tem os dias contados.

O Governo PS/PSD congemina de facto, com a ponta de lança do CDS, uma nova revisão da Constituição que satisfaça totalmente as exigências da CIP, da CAP, da CCP e também dos grandes grupos multinacionais que se preparam para operar em Portugal e dominar a economia portuguesa.

Até lá, Mário Soares vai sossegando os ímpetus da extrema-direita, promulgando leis anticonstitucionais, impondo pela via legislativa as alterações favoráveis aos apetites do grande capital.

Por outro lado, a política desestabilizadora do Governo PS/PSD colide cada vez mais com o quadro institucional vigente. É significativa a reanimação da guerrilha contra o Presidente da República, como agora se verificou na visita do general Ramalho Eanes ao Canadá.

O ministro Jaime Gama abandonou a comitiva e regressou a Portugal logo no segundo dia; o Governo montou uma grosseira provocação contra o Presidente através de uma emissão radiofónica em directo com a RDP e o Rádio Club Português do Canadá, com a participação da secretária de Estado para a Emigração Manuela Aguiar, despedida com a sua não inclusão na comitiva presidencial.

Deve também salientar-se que no momento actual, com os motivos de apreensão, existem também sólidos motivos de confiança neste X Aniversário da Revolução de Abril.

O movimento operário, popular e democrático ampliou-se. Cresce a resistência dos trabalhadores e do povo à política do Governo. Cada dia novas acções acentuam o divórcio entre o povo e o Governo.

Grandiosas lutas mobilizaram nos últimos dias massas imponentes de trabalhadores das fábricas e dos campos, de pequenos e médios agricultores, de pescadores, de professores e estudantes, de mulheres, de jovens, de reformados.

A grande concentração de milhares de operários ontem em S. Bento, a que a caravana ciclista da fome dos operários da Marinha Grande deu uma nota de dramatismo e de solidariedade tocantes, constituiu uma poderosa demonstração da força do movimento operário e popular.

Importantes vitórias políticas do Poder Local democrático foram arrancadas nas últimas eleições autárquicas suplementares.

Em S. João da Madeira mais uma vez a APU foi a única força a subir em votos e em número de mandatos. O CDS que somou agora a maioria relativa dos votos, em detrimento do partido de Mota Pinto, perdeu na realidade, como componente da «AD» na vereação anterior e com o PSD, mais de 800 votos, o PS perdeu 126 e a APU que não tinha nenhum mandato antes ganhou agora 1 e subiu 240 votos.

É neste quadro que os portugueses vão comemorar o X Aniversário da Revolução de Abril e comemorarão uma semana depois o 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, pontos de arranque para novas e poderosas lutas.

As comemorações populares e democráticas do 25 de Abril — de que a clique governante ficou isolada e remetida à sua vergonhosa iniciativa das bandas militares e acrobacias aéreas da NATO e a uma «comissão» que mais representa o 24 de Abril — constituirão uma grande jornada democrática e popular, uma grande manifestação de unidade de todos os verdadeiros democratas e patriotas em torno dos imorredoreiros ideais de Abril, um novo passo para uma alternativa democrática a este Governo e à sua política.

Sob a dinâmica do movimento popular de massas, Abril continuará e vencerá.

A vontade do Povo português arrojara o Poder a clique Soares/Mota Pinto, do PS/PSD.

Delegação do PCP na RDA

A convite do CC do PSUA (Partido Socialista Unificado da Alemanha) visitou a RDA uma delegação de estudo do Partido Comunista Português composta por Bernardina Sebastião, suplente da Comissão Política do CC, Francisco Lopes do CC, Francisco Pereira suplente do CC, da Comissão Executiva da Comissão Central da JCP, Leontina Pereira e Paula Coelho, da Comissão Executiva da CC da JCP.

A delegação foi recebida por Egon Krenz, membro do Bu-

reau Político e Secretário do PSUA. Teve encontros com diferentes dirigentes do PSUA, responsáveis daquele Partido pelo trabalho com a Juventude, Wolfgang Herger, membro do CC e Chefe da Secção da Juventude do CC, Eberhart Anrid, membro do CC e 1.º Secretário da Federação Democrática da Juventude e Holga Labs, membro do CC e Presidente da Organização dos Pioneiros «Ernst Thaelman».

Em Rostock a delegação foi recebida pelo 1.º Secretário do PSUA do Distrito, Ernst Timm,

membro do CC.

A delegação contactou com variados aspectos da política do PSUA com a Juventude daquele país socialista que se caracteriza por importantes avanços na solução dos problemas materiais e culturais da juventude.

A visita permitiu aprofundar o conhecimento deste aspecto da realidade da RDA, trocar experiências e contribuir para o reforço dos laços de amizade, solidariedade e cooperação entre o PCP e o PSUA.



Sector de Transportes da ORL

O estilo de trabalho da organização, a actividade do Partido, os secretariados das células e os núcleos, o apoio aos quadros, a militância e o contacto regular com os membros do Partido, o recrutamento e outros temas de carácter orgânico motivaram um amplo debate no recente encontro de quadros do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa (ORL). Também participou neste encontro o camarada Blaquil Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP (no uso da palavra nesta foto).



Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOSI!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante! S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908/699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 776936/776750

Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Hecla Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Março: 45 750

Assembleia da República

PS e direita aprovam serviços pidescos

Vem a propósito salientar que a questão da segurança externa e a missão reservada ao Serviço de Informações Estratégicas de Defesa foi aqui trazida pelo ministro da Defesa de quem, segundo a proposta de lei dependerá directamente, em termos particularmente inquietantes. Amalgamando, contra o que a Constituição estabelece, as esferas da defesa e da segurança, o vice-primeiro-ministro mostrou como o seu «serviço» pode invadir, à sombra das chamadas «estratégias indirectas», a área dos direitos, liberdades e garantias dos portugueses e até a área de outros «serviços» e se poderá tornar num centro de conspiração contra a democracia portuguesa.

Vimos como o debate contribuiu para desfazer o «mito» da necessidade de «informações políticas» para o combate à criminalidade e ao banditismo. Pela nossa parte sublinhamos que este combate tem que ser intensificado pela via normal que são as forças policiais da República, nada negligenciáveis nem pela qualidade nem pela quantidade e que disfrutam, como foi reconhecido pelos membros do Governo, de serviços de informações especializados.

Vimos também como o debate ajudou a desfazer o mito de que os «Serviços de Informações» que o Governo quer criar são necessários à defesa do regime democrático. Pela nossa parte pusemos em evidência que a criação de tais serviços não só não defende o regime democrático, como pelo contrário, reflecte e fomenta o atrofamento e a perversão da nossa democracia.

Neste quadro, o debate revelou uma quarta conclusão fundamental, que é a de que o policiamento da nossa vida política obteve por via dos serviços de informações contida gravemente os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos portugueses, que não só com os seus direitos políticos.

A criação dos «Serviços de Informações» representará só por si a reposição dos factores de constrangimento e desconfiança que afectaram a nossa vida social e política durante meio século. Mas os «Serviços de Informações» tenderão a incentivar também a generalização e a «oficialização» de práticas ilegais contra os cidadãos como as escutas telefónicas, a violação da correspondência, as escutas electrónicas, a actuação dos informadores, os enxames de bufos.

Isto, que podia ser apenas uma tendência gerada pela natureza dos serviços que o Governo quer criar, é, com alta probabilidade, a avaliar pelas notícias vindas a público, a tradução final das orientações que o Governo pretende consagrar com a Lei de Segurança Interna.

Fica-se abismado com as notícias da imprensa, até agora não desmentidas, de que o Conselho de Ministros está a discutir um projecto de proposta de lei de segurança interna que comporta aberrações anticonstitucionais desde sempre consideradas pela opinião democrática portuguesa como identificadoras de um estado policial tais como: a possibilidade de serem passadas buscas domiciliárias sem mandato do juiz, a possibilidade de serem autorizadas medidas de escuta telefónica e de fiscalização de correspondência pelo comando das forças de segurança e pelo Director Geral da Polícia Judiciária, a atribuição de poderes ao MAI para proibir reuniões ou manifestações desde que considere que envolvem perigo iminente para a manutenção da ordem pública ou para a segurança de pessoas e bens, a delegação ao comandante das forças de segurança do poder de interditar o acesso dos jornalistas aos locais onde decorrem operações.

Isto é muito mais do que a chamada «democracia musculada», em certos aspectos ultrapassa mesmo aquilo que se encontrava legislado durante a ditadura fascista.

Razão tínhamos nós para considerar, quando se discutiu a urgência, que não estavam reunidas as condições para se discutir a proposta de lei sobre os «Serviços de Informações». A definição do quadro em que a sua actuação se verificará está omissa para a Assembleia da República, mais ainda, aquilo que se conhece ultrapassa as mais pessimistas previsões sobre os propósitos do Governo.

Quase no termo do debate na generalidade da Proposta de Lei n.º 55/III que visa a criação de «Serviço de Informações» podemos dizer que, mau grado as limitações de que a maioria pretendeu rodeá-lo, ele foi bastante esclarecedor para quem quis ser esclarecido.

Parece-nos por isso oportuno salientarmos algumas das conclusões mais importantes que a nosso ver resultam destes dias de discussão antes que a Assembleia adopte a grave decisão de votar esta proposta de lei na generalidade.

Em primeiro lugar, tornou-se de uma total clareza que a criação dos chamados «Serviços de Informações», ao contrário do que demagogicamente anunciou a propaganda governamental, não se destina a combater a criminalidade, nem a garantir a tranquilidade e a segurança dos cidadãos.

Isto mesmo foi explicitamente reconhecido nas próprias bancadas que sustentam o Governo.

Mais ainda, os «Serviços de Informações» que o Governo quer criar foram claramente definidos na intervenção do vice-primeiro-ministro (que os senhores deputados deviam ter ainda o cuidado de ler antes de votar!) como serviços «que ajudam as entidades competentes a tomar decisões e a conduzir a política e que

Foi na madrugada da passada terça-feira, com o País a dormir e os senhores deputados do PS, PSD, CDS e ASDI, se não acordados pelo menos muito de acordo, que a coisa se consumou. Na Assembleia da República. Com uma votação que teve a favor os já citados deputados dos também citados partidos — todos muito empenhados na criação dos célebres Serviços de Informações de Segurança e Serviços de Informações Estratégicas de Defesa, febrilmente perseguidos pelo Governo Soares/Mota Pinto. Abstiveram-se, nesta votação na generalidade da proposta de lei do Governo, o MDP/CDE e a ASDI, ambos adiando as suas reservas para a votação na especialidade.

Opuseram-se o PCP e o deputado de «Os Verdes». Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, resumiria na sua intervenção final (que publicamos na íntegra nesta edição) as sérias reservas que os comunistas levantaram, ao longo dos debates, a esta decisão imposta na AR pelos referidos partidos, desmontando minuciosamente não apenas os perigos que tais «Serviços» transportam no seu seio contra a democracia e os direitos e liberdades dos cidadãos, mas também o carácter pidesco, de verdadeira polícia política, que configuram.

É tanto assim que os defensores de tais Serviços — que imporiam a sua aprovação na generalidade — se desunham em argumentações, ora pretensamente hábeis ora flagrantemente grosseiras, a procurar afastar tais suspeitas — a tentar «desdramatizar» a questão com dramatizações parlamentares de pacotilha. Ouviram-se muita asneira política, excessiva desonestidade intelectual, e descaramentos à rédea solta — mas não se conseguiu (antes pelo contrário) esconder o verdadeiro carácter pidesco dos projectos.

Não é por acaso que toda a direita — até a declaradamente fascista — exultou e exulta, em coro com o PS, com a criação destes Serviços. Tal unanimidade é mais que suspeita — na sua evidência não passa de uma confirmação sem comentários do que o PCP denunciou ao longo dos debates.

A direita, que conspira contra o regime democrático, que não cumpre as leis da República, que sabota a economia nacional, que aperta impunemente o torniquete da exploração e roubo descarado dos trabalhadores, que se furta ao fisco e comete todo o acervo de ilegalidades, sabe perfeitamente que tais Serviços, pretensamente criados para proteger o regime e as instituições democráticas, não a ameaçam minimamente — antes surgem como a sua guarda pretoriana. Por isso os defendem com unhas e dentes. Por isso os votam, banhados de alegria, com o PS de Mário Soares.

O resto não passa de frases que só não caem no ridículo porque os factos são demasiado sinistros.

habilitem as entidades com funções policiais a desenvolver posteriormente as suas funções...».

O senhor deputado Ângelo Correia, a quem ninguém negará experiência nesta matéria, foi ainda mais longe ao comunicar à Câmara, com inusitada franqueza, a sua noção de informações. Segundo ele e usando as suas palavras: «a análise daquilo que se consideram a identificação, a possibilidade e as intenções (até as intenções, assinalo eu) de grupos ou indivíduos que se colocam numa situação de hostilidade e que estão ou podem estar empenhados em acções claramente contrárias ao exercício da ordem democrática de um país e que atentem, por isso, contra a sua segurança...».

Aqui está, sem mais aquelas, a receita para cozinhar «agitadores profissionais» de que tivemos uma amostra simples mas significativa na «insurreição dos pregos» e as tentativas para organizar a grande repressão da primeira greve geral de 1982.

Sabemos por uma triste experiência de quase meio século de como se passa deste atestado para a incriminação por atentado contra a segurança interna e externa do Estado ou qualquer delas, o que está presente atrás no discurso do vice-primeiro-ministro quando refere o desempenho posterior das suas funções por parte das entidades policiais.

A «intentiona» recentemente inventada pelo Governo para preparar, com certa probabilidade novas acções repressivas trouxe à superfície a inquietante questão de continuidade da política do actual Governo em relação à do anterior governo da AD também neste domínio. Resta saber se é só a mesma política ou se os serviços que inventam estas provocações contra os trabalhadores não são exactamente os mesmos que o anterior ministro da Administração Interna criou no seu gabinete. Seja como for são bons exemplos do que serão os «serviços de informações» que se pretende criar.

Bem pode o senhor ministro do Estado, Almeida Santos, invocar o exemplo da D. Branca, para tentar branquear o carácter pesadamente atentatório das liberdades destes «Serviços de Informações» que o Governo quer criar. As conclusões da discussão são inquestionáveis e o caso da D. Branca é um bom exemplo de como o combate à criminalidade não é uma questão de «Serviços de Informações».

O debate confirmou, em segundo lugar, que os «Serviços de Informações» que o Governo quer criar são serviços de informações políticas, que as actividades que o Governo quer identificar e acompanhar são as actividades políticas, que os grupos ou indivíduos hostis, de que falou o ex-ministro da Administração Interna da AD, podem ser na verdade todos os adversários políticos do Governo.

Estes «Serviços de Informações» configurados na proposta em discussão que os oradores governamentais aqui apresentam como garantia da ordem e das instituições democráticas transformam-se rapidamente, como atestam experiências recentes de outros países, em centros de envenenamento, intriga e policiamento

da vida democrática e em factores de atrofamento e perversão da própria democracia.

Isto não é um «mito», como quis fazer crer o senhor ministro de Estado, Almeida Santos.

Temos, é verdade, uma sensibilidade particularmente apurada para pressentirmos essa natureza de perigos exactamente porque sofremos a acção de serviços de informações (a PIDE nas suas diferentes designações) que imperaram durante meio século na vida portuguesa e foram um sustentáculo fundamental da ditadura fascista.

(Lembre-se num parêntesis que a primeira designação da PIDE foi precisamente a de Polícia de Informações, decreto 15 195 de 17 de Março de 1928 e a sua acção ficou logo assinalada por uma avalanche de brutalidades e crimes.)

É esta experiência que nos leva também com toda a legitimidade, a interrogar sobre qual a razão da urgência com que o Governo quer «devorar» (para usar uma expressão do senhor ministro de Estado) os escrúpulos, as objecções e as discordâncias que contra os seus «Serviços de Informações» se manifestam na opinião democrática?

Não é a defesa da democracia, está demonstrado! Por alguma razão é unânime o coro de aplausos de toda a direita — mesmo a fascizante e fascista inimiga tradicional da democracia em Portugal — aos serviços de informações do Governo Mário Soares/Mota Pinto!

Não é com certeza um facto casual que esta pressa devoradora com que o Governo quer criar os «Serviços de Informações» coincida tanto com a pressa de abrir ao grande capital a banca, os seguros, os cimentos e os adubos, como com a pressa de devorar direitos e conquistas fundamentais dos trabalhadores e o poder de compra do povo português.

As grandes iniciativas do Governo PS/PSD no campo da segurança e do aparelho repressivo desenvolvem-se a par da intensificação da restauração monopolista.

Os «Serviços de Informações» governamentais não visam alertar as defesas da democracia para os propósitos antidemocráticos e restauracionistas dos grupos financeiros, mas visam precisamente prevenir os novos grupos financeiros contra futuros desenvolvimentos da democracia.

O que preocupa o Governo não é o patronato reaccionário que não cumpre a lei, descapitaliza as empresas, faz importações fictícias e não paga salários a tempo e horas, que defrauda gravemente a economia nacional e os trabalhadores portugueses. O que o Governo coloca na mira dos seus «Serviços de Informações» é precisamente detectar a resistência dos trabalhadores contra estes atentados, identificar os alegados «cabecilhas» e desarticular a sua justa e patriótica luta.

A iniciativa do Governo visa criar de uma penada os mastins da banca privada e os bufos dos trabalhadores! A iniciativa de criar os «Serviços de Informações»

surge a par do agravamento das medidas governamentais antipopulares chamadas de «austeridade» — alta vertiginosa dos preços, «lay-off», despedimentos, corte de subsídios sociais e aumento dos impostos — e a par com o alastramento do desemprego, do endurecimento da crise e da miséria e por isso mesmo nem a mais hábil e lustrosa oratória pode disfarçar que não se trata de um instrumento para meter medo aos ladrões e aos bandidos internacionais, mas precisamente de um instrumento para intimidar os honrados cidadãos portugueses indignados com a política do Governo e para desencorajar e amordaçar o protesto das massas.

A ocasião escolhida pelo Governo para fazer nascer os seus «Serviços de Informações» fica assinalada, aliás, como nenhuma outra depois do 25 de Abril, por uma grave intensificação de acções repressivas, arbitrariedades e brutalidades contra os trabalhadores e o povo em geral, que se desenvolveram mesmo no decorrer deste debate e que por várias vezes tivemos que denunciar aqui na Assembleia da República.

O Governo que tem deixado transparecer cada vez mais o seu carácter antioperário e antipopular aceitua todos os dias as suas práticas antidemocráticas.

As forças reaccionárias que conspiram contra a democracia sentem-se, por isso, perfeitamente descansadas com estes «Serviços de Informações» que não estão virados contra eles, mas contra aqueles que lutam decididamente para conservar o 25 de Abril e o regime democrático por ele criado.

Respondendo a um outro «mito» que a propaganda governamental tem pretendido criar importa esclarecer, como terceira conclusão fundamental, que só por uma absurda ingenuidade poderia alguém acreditar que os «Serviços de Informações» como os configurados na proposta governamental vão fechar o espaço português à intromissão e à acção de serviços secretos estrangeiros. Nas circunstâncias presentes ninguém ousará negar que um dos perigos que cerca a criação de tais «Serviços de Informações» em Portugal é que eles venham a ser de tal maneira infiltrados do topo à base por agentes estrangeiros que não conservem de portugueses mais nada além do nome. E assim tal como existe a Ford Lusitana e a Renault Portuguesa tínhamos amanhã uma sigla nacional para cobrir serviços que prosseguem os objectivos de governos estrangeiros.

Um exemplo claro é ainda a proposta de lei chamada de protecção de dados que já aí apareceu e que ao contrário do que foi anunciado e prometido pelo Governo não dá quaisquer garantias de protecção aos direitos dos cidadãos portugueses contra a organização e tratamento de dados, contra os «Serviços de Informações».

Alguns senhores deputados talvez apaziguem as consciências proclamando «mas ainda não é a PIDE» arguindo, como viram fazer a alguns membros do Governo, que a recolha de informações está separada da função policial.

Mas, Senhores Deputados, não esqueçam que a própria proposta estabelece as condições de coordenação dos serviços de recolha de informações e as forças policiais e que, ao contrário do argumento governamental, poderíamos asseverar que as funções estão separadas para adquirirem maior eficácia sobre a vida e actividade dos cidadãos contra quem são dirigidas.

Não esqueçam também que o fim último da acção dos serviços de informações, tal como foi apontado pelo vice-primeiro-ministro, Mota Pinto, é precisamente o de fornecer elementos à acção das entidades policiais.

Há, por cima disto, outras formas de perseguição política que nada ficam a dever à perseguição policial. Pensem nas discriminações, nas segregações, nas «interdições» profissionais que um poder intolerante e sectário pode fazer com base nas informações políticas como as que se pretende recolher e organizar.

Intolerância e sectarismo são a verdadeira marca de origem da proposta do Governo! O debate permitiu por isso mesmo pôr em evidência uma quinta e essencial conclusão: a de que os «Serviços de Informações» configurados na proposta de lei são de tal maneira governamentalizados que não se podem chamar serviços de informações da República ou do Estado, pois são verdadeiramente serviços de informações do Governo. De acordo com esta lógica friamente estabelecida os demais órgãos do poder político — Presidente da República e Assembleia da República — são completamente arredados da direcção e até da fiscalização dos «Serviços de Informações».

O controlo fica exclusivamente nas mãos do Governo e absolutamente centralizado nas mãos do Primeiro-Ministro que mais do que uma Alta Autoridade se vai prefigurando como um Super Polícia que ultrapassa os projectos mais arrojados dos mais ambiciosos ministros do Interior.

Concluímos afirmando, que da nossa parte, admitimos a existência, que aliás se verifica, de um serviço relativo à defesa nacional ou à segurança externa, preferencialmente militar, mas com adequada fiscalização parlamentar e a existência, que também se verifica já, de serviços de informações da polícia de investigação criminal correctamente organizados.

Mas aos serviços de informações políticas, como às polícias de investigações políticas nós dizemos rotundamente não! Já temos a nossa conta! 50 anos BASTAM!

Intervenção de Carlos Brito na sessão de 16 de Abril

Poder local

Estrondosa derrota do PS

S. João da Madeira elegeu o primeiro vereador APU

O elemento mais significativo das eleições suplementares para a Câmara Municipal de S. João da Madeira, realizadas no último domingo, é sem dúvida a subida da APU em mais 240 votos, ou seja, mais 25% do que a votação obtida em 1982. Com os seus 1086 votos de domingo e uma percentagem de 13,6%, considerada a globalidade da votação, a APU obteve assim a sua maior percentagem de sempre e atingiu o objectivo por que trabalhou: elegeu pela primeira vez um vereador.

O CDS foi a força mais votada — 2987 votos, a presidência da Câmara e três vereadores. Se à votação que obteve se somasse a que agora teve o PSD — 1572 votos e um vereador — verificar-se-ia, no entanto, que em relação às últimas eleições para a CM a ex-AD perdeu cerca de 800 votos dos 5363 então obtidos e, no conjunto, um vereador.

Nada disto, porém, se passa em favor do PS, que, mantendo embora o mesmo número de vereadores

(dois), perdeu, também em relação à última votação para a CM, mais de 100 votos.

E, evidentemente, também não a favor do conjunto das forças apoiadas pelo Governo. Estas eleições foram, aliás, como faz notar a Comissão Coordenadora da APU de S. João da Madeira, uma «inequívoca derrota do Governo PS/PSD e acima de tudo do PS, que jogou e empenhou tudo e todos nestas eleições».

Recorda a APU que «a campanha foi preparada centralmente, como se percebeu pelo tempo de antena

na TV, nacional e ilegal; com a vinda de Mário Soares a S. João da Madeira, como Primeiro-Ministro, em plena campanha eleitoral». Reportando-se agora às eleições para a Assembleia da República em 1983, a APU assinala que «o PS passou de 4471 votos para 2011 nestas eleições — isto é, perdeu 2460 votos (55%) e obteve a pior percentagem de sempre. Por seu turno, o PSD perdeu 1075 votos (40,6%)».

O esforço desenvolvido pelo PS, os meios que empenhou na campanha revelam com toda a clareza — conforme aliás os próprios candidatos e dirigentes socialistas davam a entender — que o partido de Soares contava com uma vitória certa em S. João da Madeira. A propaganda feita, a divulgação dada às eleições, mais do que assegurar uma vitória que considerariam certa e segura, visaria então dar desde logo uma di-

menção nacional aos resultados e transformarem aquele acto eleitoral numa «legitimação» da política do Governo em geral e do PS em particular.

Foi exactamente o contrário que se verificou, sofrendo PS e PPD estrondosa derrota, à qual o próprio PS se encarregou de dar o significado nacional que efectivamente tem. Até na medida em que os resultados de S. João da Madeira confirmam a tendência já verificada, nomeadamente em S. Pedro da Cova e no Redondo («o enorme isolamento da política do Governo e a condenação popular dessa política»), a APU local destaca que pela primeira vez tenha sido eleito em S. João da Madeira um vereador, traduzindo desde já a confiança de que «algo vai mudar na gestão da Câmara». Haverá sempre pelo menos uma voz, a da APU, que não se calará na defesa dos interesses das populações.

II Assembleia da Organização do PCP na Região Autónoma dos Açores

Álvaro Cunhal em Ponta Delgada

Quando o Boeing 737 "Évora" se fez à pista de Ponta Delgada na passada sexta-feira, atravessando as nuvens que deixavam a ilha de S. Miguel num crepúsculo prematuro, um acontecimento político de relevo acabava de produzir-se: o secretário-geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal, iniciava a sua primeira visita aos Açores. O pretexto era importante: ia realizar-se nos dois dias seguintes a II Assembleia da ORAA, em Ponta Delgada.

Da importância e significado da visita se deu conta a Comunicação Social. Alguns órgãos — a Anop e a RDP/Açores, por exemplo —, enviaram jornalistas entrevistarem o dirigente comunista na sala dos VIP's do aeroporto. Outros, tentando ignorar a visita de modo ostensivo, como a televisão, não havendo a RTP/Açores destacado qualquer equipa ao aeroporto, apesar de avisada, com tempo, do horário de chegada...

Em curta entrevista, o secretário-geral do PCP teve oportunidade de sublinhar a «grande alegria com que pisou a terra dos Açores», região autónoma que deve a autonomia ao 25 de Abril. A uma das perguntas — se a visita significava que estão hoje reunidas as condições democráticas para a expansão do PCP, Álvaro Cunhal respondeu que a expansão da organização do Partido pode dar-se independentemente de condições mais ou menos favoráveis, recordando que tal expansão é fortalecimento se tem vindo a dar e começou nas duras condições de antes.

Porque é o PCP um tão grande crítico e opositor à cederência de bases militares — caso das Lajes, por exemplo? Por serem dos Estados Unidos?, quis saber o jornalista. O secretário-geral do PCP acen-

tinham abandonado o aeroporto — mais de uma centena de pessoas aglomeravam-se à saída aguardando o secretário-geral do PCP. E, durante uma visita em que o acompanhámos na manhã seguinte, testemunhámos alguns movimentos de curiosidade e de simpatia.

Simpatia, durante a Assembleia, é dizer pouco. Quase todas as intervenções sublinhavam o importante significado político da presença de Álvaro Cunhal nos Açores. E, em conversas, alguns camaradas só punham um defeito: era pouco tempo, o secretário-geral do Partido devia visitar as ilhas todos...

Na intervenção que proferiu ao abrir os trabalhos, o camarada José Decq Mota, interpretando o sentir dos comunistas dos Açores, afirmou:

«A presença entre nós do camarada Álvaro Cunhal é, sem dúvida, um grande incentivo e uma grande ajuda para o nosso trabalho mas representa também a demonstração cabal de que nós, comunistas dos Açores e conosco outros democratas, conseguimos criar as condições para que deixasse de haver neste país zonas de «livre trânsito» e zonas de «trânsito condicionado». Compete-nos lutar pela consolidação da situação actual.

«O camarada Álvaro Cunhal fica desde já convidado pela nossa Organização Regional para uma visita mais detalhada e demorada às nossas ilhas, a realizar logo que possível.»

Os aplausos que sublinharam estas frases disseram tudo.

Muita coisa mudou no arquipélago...

Uma assembleia do Partido é sempre oportunidade de fazer um balanço do trabalho dos comunistas no âmbito da sua organização, de analisar a situação política, social, económica e cultural da realidade em que os membros do Partido desenvolvem a sua actividade, de apontar caminhos à luz da experiência transcorrida, tendo em conta as vitórias e também as deficiências. É momento de avaliar as forças que se possuem e as tarefas a cumprir. É, ainda, oportunidade, de comparar a situação actual com a que existia no momento da anterior assembleia, de saber o que mudou. Que mudou nos açores? A II Assembleia da Organização daquela Região Autónoma, do PCP, diz-nos que muita coisa mudou no Arquipélago. A própria realização da Assembleia em Ponta Delgada e com a presença do camarada Álvaro Cunhal, é um indicador do reforço do Partido nos Açores, do aumento da sua influência. As dezenas de intervenções produzidas pelos delegados no passado fim-de-semana e o nível de comprometimento da realidade açoriana que revelaram, mostram que os comunistas da Região Autónoma dominam a complexidade dos problemas que se colocam aos trabalhadores e ao povo, mostram que se têm reforçado as ligações entre o Partido e as massas, traduzido esse reforço nos resultados eleitorais ao longo dos últimos anos e na crescente intervenção em actividades diversificadas. Com o fortalecimento do Partido e da sua influência muda também nos Açores o panorama político. E a mudança, como a Assembleia provou, não pára aqui.

Com efeito, os comunistas dos Açores vão lançar-se em breve numa importante batalha política, que a própria II Assembleia da ORAA salientou: um dos lemas inscritos na sala é «Por uma representação do PCP na Assembleia Regional». Previstas para Outubro próximo as eleições regionais, e aguardando-se que uma nova lei eleitoral cumpra o princípio constitucional da proporcionalidade, os militantes do Partido confiam nas suas forças e capacidade apontando a eleição de um deputado comunista não apenas como uma necessidade mas como uma possibilidade real.

Esta batalha política vai, pois, absorver muitos dos esforços da organização nos Açores, seguindo-se a uma intensa actividade desenvolvida nos últimos tempos. Em fins de Janeiro foi realizado o 2.º Encontro Regional sobre o Poder Local, em princípios de Março teve lugar a 1.ª Reunião Regional sobre Política Cultural e foi iniciada a campanha regional de fundos «E hoje que se constrói o Futuro, um amanhã melhor — Ajuda o PCP» que ainda está em curso.

«Para um amanhã melhor nos Açores»

Vindos de todas as ilhas, os delegados — uma centena de camaradas — reuniram-se numa sala da Escola Domíngos Rebelo, em Ponta Delgada. Uma sala que tinha um único defeito: foi pequena demais, por vezes, para abarcar todos os convidados — membros do Partido ou amigos, tendo-se registado a presença de representantes do MDP/CDE e de

socialistas que estiveram lá a título individual.

Sob o lema «Com os trabalhadores, com o povo, para um amanhã melhor nos Açores», a II Assembleia da ORAA iniciou os seus trabalhos às 17 horas de sábado, como estava previsto, já que as viagens de ilha para outra, de avião todas, não permitiam começar mais cedo. Tomaram lugar na mesa, cuja composição foi aprovada por unanimidade, os membros do Executivo da Direcção da Organização da Região Autónoma — Alfredo Pinto, Artur Afonso, João Almeida, José Decq Mota (suplente do Comité Central), Luís Noronha, Manuel Campos e Mário Abrantes. Foi ainda chamado para a mesa o camarada José Neto, suplente do CC, que chefiava uma delegação da Organização da Região Autónoma da Madeira, que integrava o deputado à Assembleia Regional da Madeira, Mário Aguiar, e o membro da DORAM, J. Lizardo; finalmente tomou lugar na mesa o camarada Álvaro Cunhal, sob uma chuva de aplausos emocionados. Também presente na sala encontrava-se o camarada Jorge Patrício, da Comissão Central da JCP e deputado comunista.

Após o Hino Nacional e a Internacional que todos os presentes cantaram de pé, a Ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade, como haviam sido aprovadas as propostas de regulamento da Assembleia e as suas comissões. Dois pontos apenas na OT: — a apreciação da situação regional e da actividade desenvolvida pela Organização do Partido e definição de orientação para o trabalho futuro; e a eleição da ORAA.

Através de um horário de sessões escrupulosamente cumprido, com um serviço de apoio sem falhas — distribuição de cópias das intervenções, serviço de bar e de refeições, transportes e alojamento dos delegados vindos de outras ilhas —, em que se destacava a juventude das camaradas que o asseguravam, a Assembleia chegou ao fim com a eleição da nova Direcção da ORAA, encerrando com uma intervenção do secretário-geral do Partido, e um convívio em que participou Fernando Tordo — radicado há alguns anos no Faial, ele também delegado e interveniente na Assembleia.

A ditadura regional

Um projecto de resolução política, resultado de um amplo debate preparatório, apresentado no sábado, recebeu emendas e aditamentos elaborados pelos delegados e veio a ser aprovado por unanimidade, constituindo o documento-base dos trabalhos da Assembleia. Documento que, no fim de contas, era uma síntese das várias intervenções que tiveram lugar e analisavam a situação económica, social e política nos Açores, o papel dos comunistas na transformação progressista da realidade, apontando os caminhos a trilhar, as lutas a travar. Intervenções que, muitas vezes, olhando embora confiante e esperançosamente o futuro, não esqueceram a crítica e a autocritica, contribuindo assim para melhorar a qualidade do trabalho do PCP.

A primeira intervenção, levan-

da à tribuna pelo camarada Decq Mota, suplente do secretário-geral do PCP, apresentou de certo modo desenvolvendo o em aspectos, o projecto de resolução política.

Abordando a questão premente da autonomia sublinhou, é uma resolução de 25 de Abril, Decq Mota vigorosamente a hipocrisia direita instalada nos Açores através do PSD «é possível», disse, «de autonomia regional com a democracia e progressivamente diminuindo a prática de outros determinantes da cida da democracia...» por outro lado o PSD aproveitar da «instituição da Região Autónoma, não manter como para e aprofundando essa eng a maioria da população, criando um aberrante sistema administrativo de suporte a uma ditadura regional».

Caracterizando a política do Governo Regional de popular, antidemocrática, traidora, corrupta, e ta, belicista e de catista, referiu-se aos ganhos económicos que tem para a Região, do do as atoardas da oficial que fala de «agrandamento» e apontando nhos para um desenvolvimento verdadeiro.

Os comunistas dos Açores sabem o que querem

Se o responsável do prometera no início de

Intervenção de Álvaro Cunhal

«O PCP insiste na defesa, na consolidação e no aprofundamento da autonomia política e administrativa dos Açores e da Madeira»

Camaradas: Em geral as saudações são feitas no princípio das Assembleias. Esta será no fim. Mas talvez que daí resulte uma vantagem. O ser no fim permite, não apenas saudar a 2.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores, mas saudar e felicitar a Organização da Região Autónoma dos Açores e todos os seus militantes pelo magnífico trabalho realizado na 2.ª Assembleia.

Saudação

Permiti pois que, em nome do Comité Central do Partido, saúde a direcção, as organizações e os militantes pela realização da 2.ª Assembleia da Região Autónoma dos Açores; a JCP, «juventude do PCP»; todos aqueles que, não sendo comunistas, contribuíram para tornar possível a realização da 2.ª Assembleia; os convidados à Assembleia, em particular aos nossos aliados na APJ — o MDP/CDE; aqueles que, não tendo assistido à Assembleia, agora aqui vieram para tomar conhecimento das suas conclusões.

Saudando a 2.ª Assembleia da ORAA, saudando os nossos camaradas, saudando outros democratas, envolvemo-nos nesta saudação os trabalhadores e todo o povo dos Açores, porque é para defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo que se realizou a Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores, porque é para defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo que existe, que trabalha e que luta, hoje como sempre, o Partido Comunista Português.

A Assembleia que acaba de realizar-se foi a Assembleia de uma organização do PCP. Mas uma organização com características particulares. Organização de uma parte de Portugal que com a revolução de Abril alcançou não apenas e finalmente a liberdade mas a autonomia regional.

É completamente justo dizer-se que a autonomia regional é uma conquista da Revolução de Abril.

O PCP com a autonomia regional

A propaganda contra o nosso Partido afirma mentirosamente que «o PCP está contra a autonomia regional».

A verdade é que o PCP deu uma efectiva contribuição para que a autonomia regional fosse alcançada.

E a verdade é também que, no momento actual (conforme concluiu o X Congresso realizado em Dezembro último), o PCP insiste na defesa, na consolidação e no aprofundamento da autonomia política e administrativa dos Açores e da Madeira. Insiste na necessidade de concretizar a autonomia financeira e a transferência (nos termos constitucionais) dos serviços periféricos da administração pública.

O PCP é assim, não apenas um consequente defensor da autonomia regional, mas um defensor do reforço e completa concretização da autonomia.

Ao mesmo tempo (e isto é igualmente importante) insiste na necessidade institucional da cooperação entre os órgãos de soberania e os órgãos próprios das regiões, na necessidade do respeito pela legalidade democrática, na necessidade de salvaguardar a integridade da soberania do Estado e do desenvolvimento das regiões a favor das populações.

Autonomia regional, unidade nacional e regime democrático

Consideramos, de facto, que a autonomia regional é inseparável de duas outras noções fundamentais: a unidade nacional e o regime democrático.

O que significa a definição destas duas características da autonomia regional?

A autonomia regional no quadro da unidade nacional significa a condenação de actividades e tendências separatistas e a compreensão de que a efectivação completa da autonomia regional, não só não enfraquece mas deve constituir um factor para o reforço da nação portuguesa, para que seja cada vez mais forte a unidade de todas as parcelas do território nacional, para que seja cada vez mais forte a unidade de todos os portugueses na defesa e na solução dos problemas da nossa Pátria.

Tendências separatistas manifestam-se por vezes por formas indirectas. É o caso (citado na 2.ª Assembleia) da tentativa do regionalismo sindical, ou seja, de um separatismo sindical — tentativa à qual os trabalhadores açorianos respondem firmemente, mantendo a sua unidade com os trabalhadores do Continente e da Madeira.

A autonomia regional no quadro do regime democrático significa, por um lado (como sublinhou a Assembleia) a democratização do sistema autónomo regional, significa, por outro lado, que a política regional deve obrigatoriamente observar a Constituição da República e os seus princípios fundamentais em matéria de organização económica e política, de política social e de liberdades e direitos dos cidadãos.

Isto é: no quadro da efectiva autonomia regional, a política regional deve situar-se também no quadro do regime democrático português, em conformidade com as conquistas e transformações democráticas da Revolução de Abril.

A crítica ao Governo Regional dos Açores

Além do mais, porque o PCP defende a autonomia regional, a 2.ª Assembleia muito justamente submeteu a uma justa crítica aquilo que chamou «a perversão da autonomia regional» realizada pelo Governo do PSD.

Perversão — porque numerosas orientações, medidas e afirmações do Governo Regional tendem a enfraquecer a unidade nacional.

Perversão — porque o Governo Regional (contra o disposto na Constituição) tem impedido que sejam aplicadas nos Açores numerosas transformações democráticas alcançadas com a Revolução de Abril e que constitucionalmente constituem parte integrante do regime democrático.

A 2.ª Assembleia, no relatório da DORAA, nas intervenções dos delegados, nas conclusões, desvendou o carácter de classe do Governo PSD — Governo ao serviço das classes economicamente dominantes.

A 2.ª Assembleia mostrou como a política do Governo do PSD é uma política de exploração dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas, é uma política contrária aos interesses da maioria esmagadora da população.

Mostrou como essa política é antidemocrática nos aspectos económicos, sociais e políticos.

Mostrou como essa política é uma política belicista, de cedências ao imperialismo (designadamente ao imperialismo norte-americano), que compromete a soberania, a integridade territorial do País e a segurança e a tranquilidade dos cidadãos.

A Assembleia mostrou e demonstrou que a política do Governo Regional do PSD não serve os interesses do povo açoriano e da região e insistiu na necessidade de uma mudança.

É com essa perspectiva que lutamos e, apesar das grandes dificuldades, temos confiança em que o povo açoriano acabará por pôr fim à política do actual Governo Regional do PSD e acabará por determinar uma política democrática — uma política que corresponda inteiramente aos interesses, às necessidades e às aspirações mais profundas e sentidas das populações açorianas.

As liberdades democráticas nos Açores

Nós congratulamo-nos pelos passos positivos verificados na instauração e na consolidação da liberdade política nos Açores.

Há ou não a este respeito uma evolução positiva na situação? Na 2.ª Assembleia ficou claro que a evolução a este respeito tem sido positiva.

Há uma menor agressividade da reacção e das suas acções subversivas e há uma maior facilidade no exercício da liberdade de expressão e de outras liberdades e direitos.

Tem, porém, de afirmar-se que continuam a existir fortes condicionamentos, variadas pressões económicas e sociais e ambientes de constante intimidação, como sucede em numerosas empresas.

Por isso, a 2.ª Assembleia insistiu em que é necessário continuar firmemente a luta para que, na Região Autónoma dos Açores, sejam total e completamente asseguradas as liberdades e direitos democráticos.

Proposta de soluções

O PCP e os seus militantes não se limitam a uma actividade de crítica e oposição à política do Governo Regional.

A 2.ª Assembleia constituiu um exemplo de como a organização do PCP aponta as soluções para os mais importantes problemas da Região Autónoma: os problemas financeiros; os problemas do desenvolvimento da indústria, da agricultura, das pescas, dos transportes, da economia em geral; os problemas dos trabalhadores, das camadas laboriosas, das populações, do melhoramento das condições de vida do povo, nomeadamente das camadas mais desfavorecidas; os problemas do ensino, da cultura, da defesa do património; os problemas da habitação e da saúde; os problemas de abastecimento de água e do saneamento básico; os problemas da presença militar estrangeira, das bases militares e das suas consequências no que respeita à paz, à segurança e ao futuro.

Nas várias frentes de luta — nas empresas, nos campos, na pesca, nos sindicatos, nas autarquias, nas escolas, na frente cultural e nas organizações de massas, em todas as frentes de luta — o Partido, as suas organizações e militantes estão sempre (ou devem estar onde isso ainda não sucede) na vanguarda das massas, como força organizadora e motora da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, das mulheres, da juventude, dos intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes, das camadas mais desfavorecidas, designadamente os reformados e deficientes.

Tanto no relatório da DORAA, como nas magníficas intervenções dos numerosos delegados ficou evidenciado e documentado o papel do Partido (como muito bem assinalam as faixas que decoram esta sala) sempre «com os trabalhadores», sempre «com o povo», sempre lutando em defesa dos seus interesses e direitos, sempre apontando as justas soluções, sempre lutando «por um amanhã melhor nos Açores» — «por um amanhã melhor» em todo o Portugal.

As eleições regionais de 1984

A 2.ª Assembleia da ORAA colocou como uma das principais tarefas políticas do ano corrente a preparação das eleições regionais de 1984 e apontou dois objectivos fundamentais: o acentuar o aumento da influência eleitoral do Partido na região e alcançar uma representação do Partido na Assembleia Regional.

Não se trata de um objectivo do exclusivo interesse do PCP. Uma representação do PCP na Assembleia Regional é essencial para que ai sejam defendidos os interesses do povo contra os interesses egoístas das classes dominantes, para que a Assembleia se torne finalmente uma Assembleia realmente democrática.

Todos temos presente a tentativa que fez o Governo Regional de impor à Região uma nova lei eleitoral que comprometeria gravemente a democracia e a liberdade de expressão. Essa lei antidemocrática foi declarada inconstitucional. Mas mostra bem como o Governo Regional está pronto a espezinhar a democracia.

A Comissão Política do Comité Central do nosso Partido considerou a elaboração de um projecto de lei eleitoral para a região. O actual sistema de círculo por ilha compromete gravemente a representação das minorias. O projecto de lei que apresentaremos na Assembleia da República, e que será elaborado tendo naturalmente em conta a opinião dos camaradas açorianos, terá pois como uma das preocupações assegurar o princípio constitucional da proporcionalidade.

Entretanto é quase certo que as próximas eleições regionais se realizarão com o sistema actual e isso exigirá da nossa parte um maior esforço para alcançarmos o objectivo fixado: uma representação do PCP na Assembleia Regional dos Açores.

Creio, camaradas, que, ao terminar a 2.ª Assembleia, todos saímos daqui com a profunda convicção de que, com o nosso trabalho e a nossa luta, nas próximas eleições regionais, serão eleitos representantes do Partido Comunista Português.

Uma grande batalha de esclarecimento

Para isso temos de travar uma grande batalha de esclarecimento. Por vezes diz-se que, em tal ou tal localidade, ou em tal ou tal bairro, ou em tal ou tal local de trabalho, são todos reacçãoários, ou são gente com a qual nada se pode fazer.

Mas a experiência mostra que muitos portugueses e portuguesas, se têm as ideias que têm é porque não estão esclarecidos. Eu pergunto: quantos membros do nosso Partido não há que tempos atrás se consideravam nossos adversários? E aqui mesmo nesta sala, não haverá camaradas que, anos atrás não conheciam o nosso Partido nem acreditavam nele? Não haverá camaradas que em tempos nos combatiam e agora militam com consciência e dedicação nas nossas fileiras?

Nós não pensamos que todos os que votaram no PS apoiem a política do Governo de Mário Soares, nem pensamos que todos os que votaram no PSD sejam reacçãoários.

Muitos dos que votaram no PS e no PSD sentem hoje na própria carne os efeitos da política do Governo PS/PSD e estão em condições de ser mais facilmente esclarecidos do que na altura em que estavam iludidos e enganados em que um Governo com M. Soares daria solução aos seus problemas.

E é necessário não só esclarecer da política necessária, do governo necessário, mas convencer de que o Povo português está em condições, com a sua luta, de alcançar uma alternativa.

Não é a primeira vez que, depois do 25 de Abril a luta popular derrota planos subversivos da reacção.

Foi o caso do plano subversivo que deveria culminar com a eleição para presidente da República do general fascista Soares Carneiro e que foi derrotado com a derrota deste nas eleições presidenciais de 1980.

Foi o caso do plano subversivo da «AD» que se desenrolou em 1981/82 com o colaboracionismo de M. Soares, que conseguiu rever a Constituição, extinguir o Conselho da Revolução, arrancar numerosas competências ao Presidente da República, fazer aprovar uma Lei de Defesa Nacional que deveria abrir caminho ao assalto das Forças Armadas conduzido pelo então ministro das Defesas, Freitas do Amaral, — e que foi derrotado com a demissão do Governo «AD», com a dissolução da Assembleia da República e com as eleições antecipadas.

Estes acontecimentos mostram a força do povo, a força das massas populares organizadas e em luta.

Mas o secretário-geral do PS, tal como sucedeu noutras ocasiões depois do 25 de Abril, uma vez mais estendeu a mão à reacção no preciso momento em que esta se afundava.

Uma vez mais faltou aos seus compromissos. Uma vez mais aliou a reacção.

O Governo PS/PSD não é um governo de qualquer central. É um Governo com uma política de direita. É um G. no que continua e em certos aspectos até agrava a política contra-revolucionária do Governo «AD».

Tal como o governo «AD», tem como objectivo fundamental a restauração dos monopólios (associados ao imperialismo) e a ditadura.

Para atingir este objectivo desenvolve a sua acção em direcções fundamentais.

A primeira é a exploração desenfreada dos trabalhadores todos sabemos o que significa 150.000 trabalhadores com salários em atraso, 500.000 desempregados, 600.000 contratados ao custo de vida incomportável. Situação angustiante dos das mulheres, das camadas mais desfavorecidas.

A segunda direcção é a ofensiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária.

A terceira direcção é a ofensiva contra as liberdades dos cidadãos, marcada pela volta crescente da repressão, violência e pela criação de serviços de informação política para a criação de uma nova PIDE.

A quarta direcção é a submissão e as concessões crescentes ao imperialismo, nomeadamente ao imperialismo norte-americano (concessões económicas, concessões políticas, concessões militares), como pagamento do apoio do imperialismo a um contra-revolucionário do Governo.

Eles anunciarão a recuperação económica, a defesa do democrático, a defesa da independência nacional.

E quais os resultados? Os resultados são o desastre económico, a ameaça de bancarota, limites e perigos sérios para a independência nacional.

Para fazer o País sair da crise, para salvar a democracia, a independência nacional urge demitir o Governo PS/PSD e substituí-lo por uma alternativa democrática.

Eleições presidenciais e demissão do Governo

Algumas pessoas quando falam em pôr termo ao G. PS/PSD, pensam nas eleições presidenciais de 1985.

É conhecida a posição do nosso Partido. Não basta escolher um candidato. É necessário escolher um candidato que possa contar com os apoios e os votos necessários para derrotar os candidatos da direita, para derrotar Mário Soares, Mota Amaral, e para derrotar os candidatos de direita que se apresentem, e para ser eleito Presidente da República.

Há, porém, grandes tarefas políticas mais urgentes. De facto dependerá uma alternativa democrática das presidenciais?

Não, camaradas. Para as eleições presidenciais falta ainda mais de um meio. E o povo e o País não podem suportar e não suportam a situação actual do Governo da República, o Governo de Mário Soares mais um ano e meio.

Muito antes de travar a batalha das eleições presidenciais, temos de travar a batalha das eleições presidenciais e demissão do Governo PS/PSD.

A E -os tam por por evo que dos E ver pos pan se lad ção den com em Paí con cuja me deix cen «Ava As lare prom tário aut lecti sind ciag reun âmb lhi cons tas de c En as c aniv dec rios mais ciat do p dia Qu inic pela xam E lutat

Nacional

LUTAR E VIVER ABRIL



Abril, 10 anos depois. Em todo o País, de Trás-os-Montes ao Algarve, dos Açores à Madeira (e também nas comunidades portuguesas espalhadas por esse mundo fora) é a evocação de uma data que toca bem no fundo todos os portugueses.

Evocar, comemorar, viver Abril com os olhos postos no futuro, participando nas iniciativas que se multiplicam por todo o lado, abertas à participação popular e ao convívio democrático — este o convite que agora surge em todas as regiões do País num impressionante conjunto de iniciativas, cuja dimensão é praticamente impossível aqui deixar expressa a 100 por cento nestas páginas do «Avante!».

As comemorações populares do 25 de Abril são promovidas no plano unitário por personalidades, autarquias, escolas, colectividades, organizações sindicais, clubes, associações culturais, etc., reunindo aqui e acolá, no âmbito distrital ou concelhio, comissões de honra constituídas por democratas de diferentes sectores de actividade e correntes de opinião.

Em muitas localidades, as comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril decorrem ao longo de vários dias, embora o núcleo mais importante das iniciativas esteja programado para a noite de 24 e o dia 25.

Quanto à variedade das iniciativas, o melhor é ver pela agenda que aqui deixamos!

E nelas participando — lutar e viver Abril!

Distrito de Lisboa

Lisboa — Função Pública — Jantar comemorativo, dia 26 de Abril, na Casa de Trás-os-Montes, iniciativa da Comissão da FP para as comemorações do X Aniversário de Abril.



Dia 25, 15 horas DESFILE Do Marquês de Pombal ao Rossio, onde se realizará um comício

Reformados — A Comissão de Reformados, Pensionista e Idosos da Freguesia de S. Jorge de Arroios, leva a efeito, no dia 21 de Abril, às 15 horas, no Teatro do Nosso Tempo, à Praça José Fontana, em frente ao Liceu Camões, uma sessão de homenagem aos valerosos Capitães de Abril.

Azambuja — Dia 24 à noite, desfile, concentração, intervenção e actuação de ranchos e bandas, provas desportivas e teatro.

Alenquer — Inauguração do parque infantil em 25 de Abril. Almoço-convívio a 28 de Abril.

Almada — Dia 24 de Abril, em todas as freguesias (organização de âmbito concelhio), com destaque para os 15 km de estafeta.

Almada — Dia 24 de Abril, concentrações, espectáculos e desfiles em Sacavém, Moscavi-

Dia 24, à noite Festa APU no Rossio

Espectáculo: «As Portas que Abril abriu», baseado no poema de José Carlos Ary dos Santos. Com: Fernando Tordo, António Montez, Helena Isabel, Henriqueta Maya, Isabel Cid, José Jorge Leiria, Luís Filipe Costa, Nuno Gomes dos Santos, Pedro Carmo, Samuel, Teresa Paula Brito.

«O Culturão» — grupo de teatro Rancho Infantil; Banda de Música «In Loco» Os Pioneiros Banda de Música «B.T.F.» Conjunto musical «O Plo» Grupo Coral Alentejano E a participação especial de Manuela Mota (da família Mota) que para a população da Brandoa e para este dia prepara um momento especial.

Debate sobre «O 25 de Abril e o Poder Local» — com Severiano Falcão (presidente da CM de Loures); Daniel Branco (presidente da CM de V. Franca de Xira); Manuel Vieira (vereador da CM da Amadora) e Graça Mexia (membro da Assembleia Municipal de Lisboa).

Diário de Lisboa — Dia 21, às 9.30 h — Torneio de tiro aos Pratos no campo de feira; às 15.00 h — Torneio de Tênis de Mesa na esc. primária P3 (de trás parque R.N.).

Amadora — Sessões livres de pintura, desenho e modelagem destinadas a todas as crianças do Concelho já realizadas no Parque Delílim Guimarães e orientadas pelas técnicas dos ATLS, estas sessões foram subordinadas ao tema «O 25 de Abril visto pelas crianças».

Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora, dia 19 de Abril, às 21 horas: colóquio subordinado ao tema «A resistência antifascista». Oradores: comandante Costa Santos, militar de Abril; Fernando Piteira Santos, director-adjunto do «Diário de Lisboa»; João Faria Borda, ex-tarrafalista e membro da direcção da URAP; e Vasco da Gama Fernandes, antigo presidente da AR. Antes do colóquio será representada a peça «A Visita de Sua Excelência».

Maia — Caravana APU na manhã de dia 25 para distribuição de manifesto.

25 de Abril FESTA DOS PIONEIROS MANHÃ INFANTIL Parque Eduardo VII das 10 às 13 horas JOGOS ESPECTÁCULO PINTURAS

Diário de Lisboa — Dia 21, às 9.30 h — Torneio de tiro aos Pratos no campo de feira; às 15.00 h — Torneio de Tênis de Mesa na esc. primária P3 (de trás parque R.N.).

Amadora — Sessões livres de pintura, desenho e modelagem destinadas a todas as crianças do Concelho já realizadas no Parque Delílim Guimarães e orientadas pelas técnicas dos ATLS, estas sessões foram subordinadas ao tema «O 25 de Abril visto pelas crianças».

Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora, dia 19 de Abril, às 21 horas: colóquio subordinado ao tema «A resistência antifascista».

Maia — Caravana APU na manhã de dia 25 para distribuição de manifesto.

Matosinhos — Jantar comemorativo com várias e importantes adesões. Sra. da Hora — Lançamento de foguetes, almoço-convívio; ida de delegação à RTP para oferta

Cascais — 25 de Abril: 3.ª edição da Corrida da Liberdade promovida pela CUT-Estrela-Sol e aberta à participação de todas as colectividades, clubes e CTs do concelho, com envio do programa a dezenas deles.

Torneio de Futebol/5, para a Juventude (até aos 18 anos) com grande número de equipas a inscrever-se e que vai desenrolar-se por mais de 2 meses com a participação de cerca de 1000 participantes.

Por todas as Freguesias — Além destas, há espectáculos, exposições, peças de teatro, concursos de desenho e pintura para crianças, almoços de confraternização, Ranchos e Bandas, arraial, murais colectivos, etc.

Queluz — Desfile popular com colectividades e população e festa no jardim na noite de 24. Fogo de artifício, provas desportivas, desfile com a banda dos bombeiros no dia 25.

Caçém — Sessão pública no dia 22 com elementos da Associação 25 de Abril; noite de 24; festa na rua com desfile e fogo de artifício. Dia 25, provas desportivas e participação da banda dos bombeiros.

Rio de Mouro — Provas desportivas, almoço de democratas e sessão pública com um representante da Associação 25 de Abril, dias 24 e 25.

Algueirão — Provas desportivas. Sintra — Loure: festa na noite de 24; Arruncheira: almoço-convívio no dia 25 com matança de porco.

Montelavar — «Julgamento do bacalhau» na noite de 24. Provas desportivas no dia 25.

Torres Vedras — Exposição de «cartoons» intitulada «O Exército antes e após o 25 de Abril», dia 24, em Torres. A noite, concerto na rua e intervenção. Na mesma noite, comemorações da APU: baile, foguetório, cantolivre, intervenções alusivas à data, jogos, bar.

Dia 25, largada de pombos e pinturas infantis, teatro, poesia, música e exposição durante a manhã.

Comemorações em Torres Vedras têm decorrido desde 7 de Abril.

Porto — 24 Abril — Passagem de Ano da Liberdade — grande espectáculo de variedades, diaporama e fogo de artifício.

25 de Abril — Manhã Infantil; Demonstrações desportivas — boxe, ginástica, judo, etc. Jogos Populares; Corrida da Liberdade — Partida da ex-PIDE/chegada à Praça da Liberdade, inscrições na sede da Comissão Promotora.

Grande Festa Popular (tarde) — música, canções, ranchos, fanfarras, bandas, zés-pereiras, etc. Cortejo de carros alegóricos. Jogos Florais — quadras populares, poesia, artigo jornalístico — conto (tema: 25 de Abril, 10 anos de liberdade). Exposição do Livro Português.

Outras iniciativas como jantar e colóquios para escritores e jornalistas, etc.

Um grupo de jovens de Ramalde apoiado por algumas colectividades mais importantes da freguesia constituiram um grupo juvenil promotor das comemorações do 10.º Aniversário do 25 de Abril em Ramalde. Incluem Festival da Juventude Voz de Abril, um concurso de desenho nas Escolas e uma sessão de cinema com debates.

Leça do Balio — em preparação almoço-convívio.

Santo Tirso — Comemorações Populares — Sindicato Têxtil: Comício/festa e provas desportivas.

Uma comissão de democratas, no âmbito da APU, organiza um jantar de democratas. Trofa — Jantar, Vilarrinho — Comemorações populares.

Valongo — Ermesinde — Comemorações promovidas pela Junta de Freguesia e algumas colectividades: provas de atletismo e futebol. Campo — Comemorações promovidas pela «ARCA» e outras colectividades: prova de atletismo e torneio de damas, festa com rancho e fanfarras que vai percorrer locais da freguesia. Baile, no final.

Vila do Conde — Dia 24 à noite e 25 todo o dia, maratona de Futebol de Salão; dia 25 à noite, jantar comemorativo. Sessão solene da Câmara Municipal com presença de um militar da Associação 25 de Abril. Desfile de Ranchos Folclóricos do Concelho.

Póvoa de Varzim — Dia 25, torneio de voleibol, promovido pelo Desportivo da Póvoa; provas de atletismo.

Outras iniciativas de carácter concelhio

Penafiel — Está a ser organizado um jantar promovido por uma comissão de democratas, de várias tendências políticas; provas desportivas e festa.

Amarante — Está a ser organizado um jantar, provas desportivas e festa popular.

Paços de Ferreira — Provas desportivas e festa popular.

Felgueiras — Jantar de democratas.

Iniciativas de freguesia: estações de rádio em Sebolido, Meinedo, Parada de Tondela, Lustosa, Figueiró, Livração, Santo Isidoro, Vila do Marco e Vila de Paredes.

Vila Nova de Gaia — Uma Comissão Municipal, constituída por um representante da Câmara e por um representante de cada força política da Assembleia Municipal, chamou a si a responsabilidade de várias realizações comemorativas.

Assim, a nível de freguesia, os Bombeiros, Banda de Música e a Associação de Futebol; sessão solene com intervenção do Presidente da Câmara e representantes das forças políticas. Desfile, com adesão das escolas e participação de Mulheres que seguirão a pé até ao Quartel para entrega de cravos.

Provas de atletismo promovidas por algumas colectividades. Avintes — Exposições, teatro, cinema, Banda. Provas desportivas. Largada de pombos. Candelo — Grupo Coral, palhaços, ilusionismo. Crestuma — Teatro, exposição fotográfica, exibição de ranchos, sessão musical, circo e provas de atletismo. Lever — Atletismo, ciclismo, futebol e ginástica. Madalena — Provas de atletismo. Mafamude — Torneio de ténis, futebol, andebol, projecção de slides e filmes. Festival de música. Sandim — Teatro, atletismo, jogos, festival de folclore e almoço. Sta. Marinha — Teatro, debate sobre o 25 de Abril e a Juventude. S. Félix da Marinha — Teatro, ranchos e futebol. Valadares — Teatro, colóquios, etc. Vilar de Andorinho — Largada de pombos, atletismo, futebol e andebol. Vilar do Paraíso — Provas desportivas.

Alcochete — Intervenções políticas em concentrações na noite de 24 para 25 de Abril. Inauguração do Centro de Reformados, pensionistas e idosos, em Alcochete; Alcácer do Sal — Cerimónias simbólicas, de aspecto cénico, com o acender da «chama da Resistência» e o abrir das «portas da Liberdade»; Almada — Da Trafaria parte, a Corrida da Liberdade, promovida pela Associação 25 de Abril; concentrações e desfiles na noite de 24 para 25 de Abril. Na manhã de 25 de Abril, cerimónia junto ao monumento dos Perseguidos; Barreiro — Manifestações populares convergindo para os Paços do Concelho, na noite de 24 para 25 de Abril, e convívios em todas as freguesias; Grândola — Intercâmbio cultural entre as escolas do concelho. Corrida da Liberdade convergindo no centro da vila, na noite de 24 para 25 de Abril. Intervenções políticas na tarde de 25 de Abril, com a presença do major Corvocho. Moita — O III Festival Luso-Espanhol de Folclore, promovido por uma colectividade, enquadrada-se nas Comemorações do 25 de Abril. Espectá-

culo «Cantar Abril», na noite de 24 para 25 de Abril. Inauguração da sede da Comissão de Moradores da Fonte da Prata, da Biblioteca da Comissão de Moradores do Vale da Amoreira; da 3.ª fase do Parque Municipal do Gaio-Rosário; da nova sede do Beira Mar-Futebol Gaioense; da Esplanada do Marítimo Rosairense;

Palmeira — Encontro de corais luso-espanhóis. Inauguração do Polidesportivo da Marateca e do Pinhal Novo; grande Festival de Folclore da Palhota/Venda do Alcaide.

Montijo — Na noite de 24 de Abril, sessão solene com intervenção colectiva em grande mural, sob o lema: «Os Pintores e o 25 de Abril». Inauguração de 4 polivalentes desportivos e um parque infantil;

Santiago do Cacém — Espectáculo popular na noite de 24 para 25 de Abril. Grande pique-nique convívio no dia 25 de Abril;

Seixal — Lançamento à água no Clube Recreativo de Santo António de mensagens alusivas ao 25 de Abril. Concentração concelhia no Seixal, de 24 para 25 de Abril, com intervenções políticas. Inauguração da Central de Águas da Cruz de Pau, do Parque Infantil do Alto dos Bonecos, em Paço Pires; do Centro de Dia da 3.ª Idade, em Corroios; da Sede da Comissão de Moradores de Miratejo; do Auditório da Junta de Freguesia da Amora; do Mercado da Torre da Maninha;

Sesimbra — Espectáculo-concentração na noite de 24 para 25 de Abril. Inauguração do mercado-levante da Quinta do Conde; da Biblioteca da Freguesia do Castelo; do Centro de Dia da 3.ª Idade, em Sesimbra; de um Espaço Cultural, em Santiago; Sessão com convite feito ao comandante Martins Guerreiro, militar de Abril.

Setúbal — Inauguração do monumento ao 25 de Abril. Concentração-espectáculo «Noite de Abril», de 24 para 25. Almoço de confraternização concelhio, em 25. Convívio na Gámbia.

Sines — 14 a 29 de Abril — Exposições e debates sobre o 25 de Abril; 21 e 22 de Abril — Torneio de Futebol Juvenil; 24 de Abril — 24.00 h, Corrida da Liberdade; 25 de Abril — 10.00 h, sessão solene da Assembleia Municipal; 14.00 h, inauguração do Pavilhão de Desportos, com fanfarras dos Bombeiros, largada de pombos e início do Festival Desportivo; 21.00 h, espectáculo musical no Pavilhão.

Distrito de Aveiro Agedua 24 Abril — Cinema Gerfas: 21.30 h. — Evocação do 25 de Abril com diversas intervenções a cargo das colectividades e escolas; 24.00 h. — Lançamento de um balão construído por alunos da Escola Preparatória de Agedua.

25 Abril — Manhã — Içar da bandeira/desfile fanfarras. Desporto (Voleibol, futebol de cinco, andebol, xadrez, atletismo, canoagem, ping-pong). Tarde — Largo do Mercado; ranchos, grupos musicais, grupos típicos, bandas, orquestra infantil, etc.; Exposição de trabalhos sobre o 25 de Abril; intervenção sobre o 25 de Abril.

Albergaria 25 de Abril — Almoço comemorativo

Espinho 24 de Abril — 21.00 h. — Espectáculo com o Coro e Teatro da Nascente. 25 de Abril — Manhã — Desfile dos Bombeiros, izar da bandeira, largada de pombos, ginástica, ciclismo, cicloturismo; Tarde — Actuação de Rancho Folclórico.

27 de Abril — 21.00 h. — Colóquio sobre desporto de massas. 28 de Abril — Sessão com intervenção da Nascente e a Associação 25 de Abril.

Anta 25 de Abril — Atletismo (aberto a toda a gente). Estarreja 25 de Abril — Praça Francisco Barbosa; 9.00 h. — Provas

Nacional

desportivas, atletismo; 14.00 h. — Tarde Cultural com ranchos, conjunto da Casa do Pessoal da Quimigal.

Feira — St.ª Maria de Lamas

24 de Abril — Salão da sede do sindicato; 21.00 h. — Actuação Grupo Teatro «Força Viva»; 23.00 h. — Fados; 24.00 h. — 25 foguetes e uma ceia.

25 de Abril — Manhã — atletismo, corrida da liberdade, aberta 9 participação de toda a gente (meta — campo de Futebol das Lamas), apoio da LOUROCOOP; Tarde — Torneio Quadrangular de Futebol de 11.

Riomedeo

24 de Abril — Salão da Sede do Sindicato; 21.00 h. — Actuação de 2 ranchos folclóricos (Florinhas da Primavera, rancho de S. João de Vêr); Actuação do conjunto «Estrela de Ouro», fados; 24.00 h. — Foguetes.

Argoncilhe

25 de Abril — 10.00 h. — Salva de foguetes; Corrida da Liberdade (aberta a toda a gente), meta — Igreja; 16.00 h. — Largada de pombos no Largo de S. Domingos. Merendas para as crianças; 21.00 h. — Cinema na Associação Recreativa e Cultural de Sta. Isabel.

S. Paio de Oleiros

24 de Abril — Cantina da Escola Primária de Oleiros; 22.00 h. — Fados; 24.00h. — 25 foguetes.

25 de Abril — 9.00 h. — Atletismo na meta há uma largada de pombos; manhã infantil no Pavilhão Gimnodesportivo; 15.00 h. — Jogo de badminton; torneio de malha; torneio de sueca; torneio de damas; tudo no Pavilhão e largo fronteiro; 17.00 h. — Piquenique.

Passo de Brandão

24 de Abril — Sede do Sindicato; 21.30 h. — Teatro; 24.00 h. — Foguetes.

25 de Abril — 10.00 h. — Matinée infantil; 15.00 h. — Projectão de um filme sobre o 25 de Abril. Debate e intervenção sobre a data.

Nogueira da Regedora

25 de Abril — 15.00 h. — Projectão de slides na Escola Primária do Monte.

Flães

25 de Abril — 10.00 h. — Atletismo; 15.00 h. — Rancho Folclórico de Lobão; torneio de malha; intervenção do Presidente da Junta.

Ilhavo

25 de Abril — Mata da Colónia Agrícola; 8.00 h. — Manhã desportiva; futebol, atletismo, basquetebol; Tarde — Festival de folclore. Exposição venda de artesanato.

Oliveira de Azeméis

24 de Abril — Salão dos Rodoviários; 21.30 h. — Sessão cultural, declamação e pequenas peças sobre o 25 de Abril; 24.00 h. — Foguetes.

Cesar

25 de Abril — Jantar comemorativo com democratas da freguesia.

Ovar

24 de Abril — Bairro 25 de Abril; Noite — Concentração com rancho, canto e foguetes.

Esmeriz

21 de Abril — Atletismo, futebol.

S. João da Madeira

24 de Abril — Praça da Liberdade; Noite — Projectão de um filme, lançamento de foguetes.

Amarelos

25 de Abril — Manhã — Parque dos Milagres; desporto; Tarde — Parque Mourisca; Tarde cultural com Rancho e Coro da Nascente; Grupo GAAS; haverá também um «cantiño da Criança».

Barcelos

25 de Abril — Manhã — Parada dos Bombeiros V. Esmeriz, Rancho Infantil de Paramos; intervenções; canto popular com «Raizes»; etc.

Castro Verde

25 de Abril — Manhã — Parada dos Bombeiros V. Esmeriz, Rancho Infantil de Paramos; intervenções; canto popular com «Raizes»; etc.

Castro Verde

25 de Abril — Manhã — Parada dos Bombeiros V. Esmeriz, Rancho Infantil de Paramos; intervenções; canto popular com «Raizes»; etc.

Castro Verde

25 de Abril — Manhã — Parada dos Bombeiros V. Esmeriz, Rancho Infantil de Paramos; intervenções; canto popular com «Raizes»; etc.

Castro Verde

25 de Abril — Manhã — Parada dos Bombeiros V. Esmeriz, Rancho Infantil de Paramos; intervenções; canto popular com «Raizes»; etc.

Castro Verde

25 de Abril — Manhã — Parada dos Bombeiros V. Esmeriz, Rancho Infantil de Paramos; intervenções; canto popular com «Raizes»; etc.



horas — Fogo de artifício. Intervenção de membro da comissão promotora. Festa popular com o conjunto «Rotação».

25 de Abril — 9 horas — Corrida da Liberdade (para todas as idades). 10 horas — Manhã Infantil, com pintura, desenho e jogos. 15 horas — Música portuguesa com Jorge Lomba. 15.30 horas — Concentração no Largo Barão de S. Martinho. Desfile até ao Largo do Município. 16 horas — Intervenção de um militar de Abril. 16.30 — Música portuguesa com Pedro Luís; 17 horas — Fernando Pereira e orquestra.

No dia 24 à noite, sessão pública com a presença de democratas do distrito.

A cooperativa cultural «Maduro Maio» vai comemorar a data no «Concertina» — Café-Concerto, promovendo uma exposição de fotografia, projecção de um diaporama sobre o 25 de Abril e espectáculo com um cantor de Abril, no dia 21.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

Às 14 e 30, desfile-manifestação do Rossio de S. Brás para o Jardim das Canas; aqui decorrerá uma tarde cultural.

Distrito de Faro

Alcoutim — Exposição, banca e distribuição de documentos na Feira do Pereiro.

Aljezur — Caravana acompanhada de ranchos com passagem por todo o concelho. Torneio de futebol e inauguração da luz em vários locais.

C. Marim — Torneio de futebol, caravana de ciclistas. Ranchos e bandas. Sessão ao ar livre de encerramento das comemorações.

Faro — As comemorações começam no dia 21 e estendem-se até ao 25 de Abril sendo ocupadas nestes dias que antecedem, com exposição de pintura, concertos de música clássica e teatro.

Na noite de 24 Corrida da Liberdade, prova de atletismo por toda a cidade, pintura de mural e baile popular.

A 25 provas desportivas várias, almoço ao ar livre na Alameda e sessão de encerramento.

Lagoa — Estafeta da Liberdade, torneio de futebol, espectáculo na freguesia de Estombar.

Lagos — Espectáculos na noite de 24. Torneios de futebol, projecção de filmes, programas infantis para as escolas. Almoço promovido por uma comissão de 60 pessoas de vários quadrantes políticos.

Loulé — Caravana pelo concelho. Espectáculos vários. Almoço promovido por uma comissão unitária.

Monchique — Desfile dos Bombeiros. Provas desportivas várias para adultos e crianças. Inauguração da luz no campo de futebol.

Olhão — Provas desportivas, actividades para crianças, projecção de filmes. Sessão na Câmara. Almoço promovido por uma comissão de mulheres da Ria Formosa.

Portimão — Desporto e espectáculos. Tradicional jantar na noite de 24 de Abril.

Silves — Baile popular na noite de 24. Manhã infantil. Espectáculos com bandas e ranchos.

Tavira — Provas desportivas com início a 21. No dia 25 desfile de bandas, provas de atletismo e espectáculo à noite. Sessão comemorativa na Câmara.

Vila Real — Projectão de filmes e caravana, desfile de bandas e abertura de exposição. Provas desportivas várias. Espectáculos na praça durante a tarde na qual intervirá um elemento da Associação 25 de Abril.

Vila do Bispo — Teatro e desporto em todo o concelho. Espectáculo de encerramento, durante a tarde do dia 25.

Realizam-se ainda almoços ou jantares promovidos por grupos de cidadãos, estando prevista a participação de elementos da Associação 25 de Abril.

Por outro lado, o Governo Civil promove uma sessão solene no dia 25, iniciativa oficializada nas comemorações oficiais, tendo sido dirigido um convite ao Partido para se fazer representar e intervir. A DORAL do PCP recusou-se a estar presente.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.30 horas — Gincaína de bicicletas. 11 horas — Torneio de berlim. 11.30 horas — Provas de atletismo para todas as idades. 15 horas — Desafio de futebol. 17 horas — Espectáculo de folclore. 21.30 horas — Actuação de um conjunto musical, com intervenções alusivas.

25 de Abril — 9 horas — Corrida de sacos. 9.

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES

OR de Setúbal 1.ª Assembleia a 30 de Junho e 1 de Julho

«Com o PCP, alargar a unidade, lutar e vencer» — é este o lema da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP, cuja marcação foi agora ratificada no recente plenário distrital de quadros da ORS: 30 de Junho e 1 de Julho próximos na cidade de Setúbal.

O plenário a que nos referimos efectuou-se no último sábado em Almada com a participação de 113 camaradas e dos seus trabalhos resultou um importante documento de conclusões que constitui uma panorâmica da grave situação social que se vive no distrito. Na sequência da análise a essa situação, o plenário distrital de quadros da ORS do PCP, que contou com a participação dos camaradas Domingos Abrantes e Carlos Ramilides, decidiu «denunciar a crescente degradação das condições de vida do povo trabalhador do distrito, provocada pela política de direita do Governo PS/PSD; intensificar a luta de massas em torno dos problemas específicos que afectam os trabalhadores e a população em geral, tais como: salários em atraso (ascende a cerca de 2 milhões de contos a dívida a mais de 20 mil trabalhadores), defesa dos postos de trabalho, viabilização das empresas, defesa da Reforma Agrária, defesa do poder de compra; e finalmente, «trabalhar para continuar a alargar a unidade e a luta a outras camadas sociais que igualmente sentem os efeitos desastrosos da actual política, reforçando as condições para a alternativa democrática que se impõe».

O plenário, que registou 40 intervenções, apelou à participação dos trabalhadores e do povo de Setúbal nas jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Na nossa próxima edição daremos o devido relevo ao documento que reúne as conclusões fundamentais do plenário.

S. Maria Maior (Funchal)

Os comunistas de Santa Maria Maior, freguesia do concelho do Funchal (Região Autónoma da Madeira) tiveram recentemente a sua 1.ª Assembleia da Organização, cujos trabalhos decorreram em torno de três pontos fundamentais: balanço da actividade, eleição da comissão de freguesia e análise da situação política.

O Relatório de Actividade apresentado à Assembleia aborda os seguintes aspectos: caracterização social da freguesia e depois trabalho de direcção, quadros, organização, recrutamento, trabalho ideológico, informação e propaganda, Imprensa do Partido, fundos e autarquias.

Como salientam ao «Avante!» os camaradas do Funchal, a 1.ª Assembleia de Santa Maria Maior (freguesia com mais de 20 mil habitantes, ou seja cerca de 22 por cento da população total do concelho) analisou os principais problemas económicos, sociais e políticos da freguesia e examinou atentamente a actividade desenvolvida pela organização, dando particular relevo à necessidade de melhorar e reforçar o trabalho dos militantes comunistas.

Além de medidas para as frentes do recrutamento, informação e propaganda, quotização e fundos, a Assembleia definiu objectivos concretos em relação ao trabalho de direcção e em relação à política de quadros:

- Reforçar mais o trabalho da Comissão de Freguesia.
● Melhorar o acompanhamento a algumas frentes de trabalho.

mento a algumas frentes de trabalho.

- Alargar a ligação da Comissão de Freguesia a todos os membros do Partido, criando possibilidades de reuniões com todos os militantes (pelo menos uma reunião de dois em dois meses).
● Melhorar o controlo de execução das tarefas.

- Melhorar a distribuição de tarefas a nível da Comissão de Freguesia.

- Melhorar o acompanhamento e a ajuda a cada camarada no desenvolvimento das suas tarefas.

- Descentralizar tarefas para um maior número de camaradas por forma a que um núcleo cada vez maior de militantes da nossa organização participe na vida do Partido e se formem como quadros.

A Assembleia elegeu a Comissão de Freguesia por unanimidade (66 por cento são empregados e 33 por cento operários).

Como salienta a organização local, «a população da freguesia de Santa Maria Maior, tal como o povo da nossa Região, sofrem duramente os efeitos da política de direita do Governo PS/PSD, e muito particularmente os efeitos da política ruinosa do Governo Regional PPD/PSD».

«A Assembleia concluiu da necessidade de um maior e mais sistemático conhecimento dos problemas locais e de um maior empenhamento dos membros do Partido e de outros democratas na sua resolução».

Damaia

Com a participação de 90 camaradas decorreu no passado sábado a 3.ª Assembleia dos comunistas da Damaia (Amadora). No curso dos trabalhos registaram-se 16 intervenções sobre os vários temas em debate. Além do documento final, aprovado por unanimidade e aclamação, a Assembleia elegeu a Comissão de Freguesia do PCP, constituída por 27 membros, sete dos quais mulheres. Na sessão de encerramento usou da palavra o camarada António Cordeiro, da DORL. Refiriu-se finalmente que durante a Assembleia aderiram ao Partido dois novos membros.

Reunião de quadros em N.ª Senhora da Vila

O funcionamento dos organismos, a regularização da quotização, a divulgação da Imprensa do Partido, os fundos, a política de quadros e o recrutamento foram temas debatidos com vivo empenhamento na recente reunião de quadros do Partido na freguesia de Nossa Senhora da Vila, em Montemor-o-Novo. Estiveram presentes 60 camaradas, 25 dos quais com tarefas definidas em várias frentes de trabalho. No conjunto das decisões avançadas salienta-se, nomeadamente, o arranque para a discussão do alargamento da CF e a criação, até fim do ano, da Comissão Local de S. Sofia.

Reunião geral em Faro

A situação política e social, acção de massas (comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio), assuntos diversos — esta a ordem de trabalhos da reunião geral de militantes a realizar hoje, dia 19, em Faro, a partir das 21 e 30, no Centro de Trabalho do Partido.

Encontro de mulheres comunistas do concelho de Setúbal

Com a participação de 60 camaradas, realizou-se há dias o 1.º Encontro de Mulheres comunistas do concelho de Setúbal nos órgãos unitários e populares. Também participaram no encontro as camaradas Zita Seabra, deputada e membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, e Conceição Moais, da DORS e suplente ao CC. No decorrer do encontro registaram-se 20 intervenções, salientando-se no âmbito das conclusões o papel e a actividade das mulheres comunistas nos órgãos unitários e populares, nomeadamente nas autarquias, nas comissões de trabalhadores, nos departamentos de mulheres em sindicatos, nas comissões de moradores, nas colectividades, nos movimentos de opinião, nas associações culturais e de amizade. Ou-

Reunião de quadros em N.ª Senhora da Vila

O funcionamento dos organismos, a regularização da quotização, a divulgação da Imprensa do Partido, os fundos, a política de quadros e o recrutamento foram temas debatidos com vivo empenhamento na recente reunião de quadros do Partido na freguesia de Nossa Senhora da Vila, em Montemor-o-Novo. Estiveram presentes 60 camaradas, 25 dos quais com tarefas definidas em várias frentes de trabalho. No conjunto das decisões avançadas salienta-se, nomeadamente, o arranque para a discussão do alargamento da CF e a criação, até fim do ano, da Comissão Local de S. Sofia.

Festa da Primavera: novo êxito!

O Ribatejo esteve em festa no último fim-de-semana. Aconteceu na cidade de Santarém, que viveu três dias inesquecíveis de convívio popular, ao longo de mais uma edição da Festa da Primavera, iniciativa da Direcção Regional de Santarém do PCP. Local: recinto da Feira Nacional de Agricultura. Data: 13, 14 e 15 de Abril.

Festa que aposta na crescente qualidade e diversidade do seu programa, a Festa da Primavera foi espaço de encontro para milhares de pessoas. Encontro numa atmosfera de fraternidade, de entusiasmo e de confiança. Encontro em torno de numerosas iniciativas, todas bem sucedidas e, regra geral, com boa participação de visitantes.

Foi o que sucedeu, por exemplo, com os espectáculos, onde a música portuguesa desfilou com brilho através de vários intérpretes conhecidos do público: Samuel, José Jorge Letria, Francisco Ceia, Manuel Freire, Júlio Pereira, «Novo Grupo», «Jornada», «E Viva a Música», «Guirde», entre outros. Uma palavra também para Pedro Carmo e o grupo de música africana, e para o conjunto «Tic-Tac», este no bar-concerto da Festa.

O fado, representado por um conjunto de fadistas populares da região, e o folclore (Danças e Cantares de Santarém, A Popular de Alcanhões, Danças e Cantares da Chamusca, Malmouqueros do Sorraia, Infantil da Ribeira de Santarém e ainda um grupo de «cabeçudos» para animar) foram também presenças salientes na programação da Festa da Primavera, dentro e fora do recinto, uma vez que chegaram a desfilarem pelas ruas de Santarém.

Várias organizações regionais do Partido — de Lisboa ao Porto, do Alentejo ao Algarve, do Minho a Leiria, etc. — tiveram as suas representações na Festa, com iniciativas e atractivos bem variados, incluindo o artesanato e as especialidades gastronómicas (um autêntico festival).

Depois, no âmbito das manifestações culturais, além de uma exposição com trabalhos de três pintores, em óleo e aguarela, — localizada junto da exposição central: o Partido e as lutas do povo e dos trabalhadores — a Festa proporcionou aos seus visitantes um programa de cinema com várias projecções, um diorama sobre 1383 e teatro («A morte de Abjer — o garanhão», pela Companhia de Teatro de Santarém).

As actividades desportivas (integrando novidades como a ginástica), os colóquios (Dias Lourenço: «25 de Abril — 10 anos de liberdade e luta»; Albano Nunes: A Paz; Ruben de Carvalho: Música), o espaço infantil, o espaço da juventude, o leilão de pombos, a quer-messe, os jogos populares, o livro e o disco, e muitas outras iniciativas foram também contributos para o enriquecimento de uma festa que foi ainda uma importante realização política do Partido, como o demonstrou o comício com Octávio Pato, realizado no domingo, e cuja intervenção referimos à parte nesta página. No comício da Festa da Primavera também intervieram os camaradas José Beja, que



25 de Abril sempre!

em nome da Comissão concealhia dirigiu uma forte saudação aos que construíram, apoiaram e visitaram a Festa, e Joaquim Lino, que falou em nome da DORSA.

Um último comentário à Festa da Primavera: o momento vibrante do seu encerramento, no espectáculo de domingo à noite. A evocação de Ary dos Santos e de Adriano Correia de Oliveira. As palavras ditas por Maria Dulce sobre o 25 de Abril e sobre o poeta Ary. As palavras de Manuel Freire sobre Adriano. Todos os artistas juntos. E a «Grândola, Vila Morena» entoada por todas aquelas vozes... dentro e fora do palco.

Octávio Pato

«Leis que não julgaríamos já possíveis»

Da intervenção de Octávio Pato no comício da Festa da Primavera, em Santarém, destacamos a seguinte passagem, que se inicia, aliás, com uma citação:

«Hoje, há desemprego, há falta de casas, há salários em atraso, há fome. Há medo do futuro (...). As nossas cidades tornaram-se praças de mendigos, o que significa, ao mesmo tempo, uma acusação ao Poder e um aviltamento da dignidade pessoal e nacional».

«Escrever alguém que "enquanto houver uma situação de injustiça, o poder é ilegítimo". Nós temos o direito de exigir ao Poder que crie créditos de honestidade, pelo exemplo visível e crível da austeridade dos seus membros e na gestão da coisa pública (...).»

«Estais, naturalmente, a pensar, camaradas e amigos, que são minhas, ou de qualquer outro comunista, as palavras que acabais de ouvir. Como, naturalmente, iries pensar o mesmo quanto às que passo a ler.»

«Aumenta o número de pessoas desempregadas e das

rante a função social do lucro, nem na tração da fuga de capitais, mas na sua utilização produtiva, criadora de emprego e de bens, não na prática de actos corruptos, mas no cumprimento escrupuloso das altitudes por que se define o homem honrado e honesto».

«As três citações que acabei de vos fazer são, na realidade de três Bispos da Igreja portuguesa. É que a situação em que hoje vivem milhares de famílias portuguesas é de tal forma dramática que ninguém honesto lhe poderá ficar indiferente.»

«Só o governo e os grupos dirigentes dos partidos que o compõem ousam defender uma política que, está provado à saciedade, é geradora do caos económico, social e político.»

«E enquanto se instala a fome e a miséria no todo o país, a preocupação do governo PS/PSD é encontrar as formas

cismo usava mas que nunca ousou consignar em lei.

Ainda não satisfeito em monopolizar os meios de comunicação social, designadamente a Televisão e a Rádio, em desinformar e manipular a opinião pública, de forma a silenciar os protestos que por todo o país se levantam contra a sua política, o governo de Mário Soares/Mota Pinto quer mais, quer acabar com o direito de os portugueses se manifestarem, ou mesmo emitir opinião, ainda que para tanto tenha de lhes pôr o telefone debaixo de escuta, tenha de lhes violar a correspondência ou de lhes invadir a casa sem mandado judicial.

«É evidente que os autores deste projecto de lei foram longe de mais. Diz-se que até alguns dos seus pares no Conselho de Ministros o contestaram. Mas o facto de tal projecto ter sido elaborado e apoiado por vários ministros, não será isso bem elucidativo da mentalidade fascista que os domina?»

«Não é possível com uma lei varrer a prática de 10 anos de liberdade.

gos apenas pela simples troca de uma palavra?»

«E quem calará a voz dos pequenos e médios empresários que devido à carga fiscal, ao aumento dos preços, ao baixo poder de compra, ao desemprego e aos salários em atraso, entre outras causas, vêem o seu futuro ameaçado pelo espectro da falência e da ruína?»

«Sabem as pessoas presentes que os vendedores de peixe e fruta dos Mercados do distrito de Santarém registaram, nos últimos tempos, uma quebra nas suas vendas na ordem dos 40 a 50%?»

«E que os comerciantes do Tramagal viram as vendas de produtos essenciais, nomeadamente mercearias, baixarem dos 30 a 80%, o pão 30% e o vestuário 80%?»

«Quem, pois, poderá silenciar todos os que, mercê de uma política de enfundamento ao grande capital e ao imperialismo, vêm degradar-se, até níveis incompensáveis, nas suas condições de vida e como perspectiva de futuro têm o desemprego, a fome e a miséria?»

«Pode o governo PS/PSD criar mais Serviços de Informação, pode fazer quantas leis de Segurança Interna quiser, que os trabalhadores, os democratas, o povo português em geral, não abdicarão dos direitos que a Constituição lhes confere, não permitirão que o governo continue a afundar a economia e a empenhar Portugal e acabarão por impor um novo governo e uma nova política (...).»

Não é possível com uma lei calar a voz dos que gritam por pão e por trabalho.

«Quem calará a voz dos trabalhadores da SOMAPRE, MDF e NEO-CERÂMICA, da freguesia do Tramagal, com os salários em atraso desde Julho, Outubro e Dezembro, respectivamente?»

«Quem calará a voz dos trabalhadores da DUCANO, em luta contra o despedimento colectivo de 20 dos seus companheiros de trabalho? e a dos trabalhadores da SARDAN, com os salários em atraso desde Novembro e que viram em Janeiro encerrarem-se-lhes as portas da empresa? e a cerca de 40 trabalhadores dos ALEXANDRINOS, despedidos também por encerramento das portas da empresa?»

«Quem calará a voz dos trabalhadores da FUNDIÇÃO DO ROSSIO, que vêem a empresa a laborar a 30 ou 40%?»

«Quem calará a voz dos trabalhadores da CAIMA, suspensos por defenderem os seus interesses? e a dos trabalhadores da SERRAÇÃO DO PAULO ROSA, com salários abaixo do contrato e sujeitos a casti-

que não conseguem um primeiro emprego; cresce o volume dos salários em atraso; agravam-se as condições de habitação e de saúde de numerosas famílias; aviltam-se os costumes e desenvolve-se a corrupção; multiplicam-se os casos de delinquência social, desde o roubo e a fraude até à prostituição na via pública; recrudescem a mendicância nas ruas, etc. E a ninguém passa despercebido que estes sintomas da nossa vida colectiva coexistem com outros, nada menos preocupantes, tais como o luxo do pluriemprego de alguns, os sinais da opulência e do esbanjamento de muitos, e a notória falta de solidariedade de tantos».

«Bem, camaradas e amigos, de facto não são nossas as citações que acabo de ler.»

«Como o não são também as seguintes: «nos dias de hoje, muitos portugueses sofrem já de carências dos bens mais indispensáveis, como alimentação e vestuário, saúde e educação»; «muitos já não têm o pão de cada dia». E quanto ao desemprego, «a solução não se encontra na demissão pe-

de facto não são nossas as citações que acabo de ler.»

de facto não são nossas as citações que acabo de ler.»

os trabalhos ficaria deactivado que os comunistas Açores «não só sabem o não querem, como também sabem o bem o que querem».

«O decorrer da Assembleia deu-lhe razão. Nós acrescentamos: sabem onde vivem, o que está mal, como aplicar o estado de coisas.»

«Os delegados caracterizaram vividamente as forças políticas e sociais na Região — servindo cuidadosamente o SPD da massa de votantes que ainda o apoiam eleitoralmente, separando os socialistas da direcção regional do PS, cuja actuação foi considerada à política do PSD relacionada à política do PSD.»

«Hastear solenemente o leão da República nos Açores. Foi ainda demonstrado, através das muitas intervenções dos delegados, que o PCP é no Arquipélago como o continente, «indispensável à luta democrática».

«Representantes de Comissões de Ilha, de Concelhos e Freguesias, operários, agricultores, empregados e intelectuais, pescadores, mulheres e jovens, deram a Assembleia um conhecimento muito vasto na globalidade, muito aprofundado, da realidade. O reforço do movimento sindical e as suas debilidades, a luta contra as tentativas divisionistas fomentadas pelo PS, PSD e PPD, a luta contra a manipulação governamental dos órgãos de comunicação social na região e o trabalho dos eleitos do Poder Local, destacando a sua seriedade e pela defesa dos interesses das populações: a situação que vivem e geram no campo da saúde, e mesmo, da cultura — situação grave e atraso; situação económica, grave também, e em deterioração.»

«Sem tudo são flores na Ilha das Flores, como afirmou o camarada Valadão, comparando os êxitos recentemente obtidos com as dificuldades que ainda persistem, a realização desta Assembleia e a forma como ela decorreu contribuiu a dinamizar o trabalho dos comunistas açorianos e fazer avançar a democracia.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

«A reunião da Assembleia da República que tem o PSD não salvará o Governo PS/PSD da derrota, a continuidade e quem será derrotado não será Portugal de mãos dadas com quem quer liquidar.»

Nacional

Política Energética

• PCP promove Seminário

Por iniciativa do PCP realiza-se no próximo dia 12 de Maio, em Lisboa, um **Seminário sobre Política Energética em Portugal** no decorrer do qual estará em debate um vasto conjunto de temas relativos a esta matéria, designadamente recursos energéticos como a hidroelectricidade, a energia nuclear, o carvão e o petróleo.

A apresentação pública do projecto-síntese — documento que está a servir de base à discussão nas organizações do Partido que desejem participar neste Seminário — foi efectuada esta semana em conferência de imprensa a que estiveram presentes os camaradas Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Vítor Dias, do CC, o engenheiro Rui Moura e a economista Zulmira Ramos, do Grupo de Energia da Comissão para os

Assuntos Económicos junto do CC, e Octávio Teixeira, economista e deputado, membro da mesma comissão.

Depois de ter algumas considerações sobre o documento actualmente em discussão — 29 páginas onde os comunistas apreciam os aspectos gerais da situação actual, definem a política necessária e enunciam as medidas gerais e as medidas e acções específicas para o sector —, Carlos Costa deteve-se sobre os efeitos da política levada a cabo pelos sucessivos governos de direita no plano energético. A este respeito o dirigente comunista criticou asperamente esta política de recuperação capitalista que classificou como de **«autêntica sabotagem»** da economia nacional, de **«degradação profunda do sector energético»**.

Instando à definir a posição do PCP relativamente ao recurso à energia nuclear e designadamente sobre o que se diz neste domínio no Plano Energético Nacional (PEN), Carlos Costa começou por afirmar ser este um **«mau» plano, «cheio de números»**, cuja base científica de muitos é praticamente nula.

Em sua opinião, o PEN não passa de um conjunto de **«exercícios mentais»**, de números matemáticos **«sem fundamentação»** que **«não se integra em qualquer plano de desenvolvimento da economia nacional»** e que, mais grave ainda, foi apenas feito **«para justificar a compra de centrais nucleares»**.

Denunciando de forma contundente este objectivo, Carlos Costa classificou a possível compra neste momento de quatro a seis centrais nuclea-

res — cujo custo rondaria qualquer coisa como os mil milhões de contos, ou seja, um valor aproximado ao da actual dívida externa portuguesa — como o **«maior crime que se poderia fazer contra a economia nacional»**.

Considerando a energia nuclear como uma **fonte fundamental de energia no futuro** e defendendo a necessidade de prosseguir as **«investigações de forma a encontrar novas formas de energia»**, o orador salientou, contudo, que Portugal possui bons recursos hídricos e a carvão que não estão devidamente explorados e que, portanto, **«não é preciso recorrer ao nuclear para satisfazer as necessidades energéticas do País»**.

Em breve dedicaremos a este importante assunto a importância que ele merece.

Empresários protestam contra política económica

Respondendo ao apelo dos Movimentos dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais (MPMCI's) dos distritos de Braga, Porto, Lisboa e Setúbal, centenas de empresários concentraram-se no último domingo em Lisboa, junto às instalações do Ministério do Comércio, para protestar contra as medidas económicas e legislativas levadas a cabo pelo Governo para o sector.

A braços com uma política que está a provocar falências a um ritmo alarmante, os comer-

ciantes e industriais vêem-se também confrontados com a diminuição do poder de compra dos clientes, situação que gerou quebras vertiginosas no volume de vendas e que os coloca naturalmente à beira da ruína.

Mas não se ficam por aqui as dificuldades. Conforme sublinharam diversos oradores, entre outros problemas, os comerciantes têm também pela frente uma pesada carga de impostos, a liberalização dos horários comerciais, o difícil

acesso ao crédito e as altas taxas de juro. Tudo isto como resultado de uma política arquitectada nas suas costas, alheia aos seus interesses e exclusivamente orientada para servir o grande comércio e a grande indústria.

No decorrer da concentração os empresários presentes mandaram os promotores da iniciativa para solicitarem audiências aos vários órgãos de soberania e aprovaram uma resolução contendo as medidas económicas e sociais que em

seu entender conduzirão à superação da grave crise actual.

De entre essas reclamações contam-se medidas de carácter económico e social que permitam melhorar o poder de compra dos consumidores; a definição de uma política de preços que não seja um factor de crescimento da inflação; a revisão da multiplicidade de impostos e taxas; a abolição das avaliações fiscais extraordinárias e a redefinição das taxas de actualização anuais; o desbloqueamento do crédito e a redução da taxa de juros.



No último domingo, em Lisboa: o protesto (também) dos pequenos e médios comerciantes e industriais



Homenagem nacional a Ruy Luís Gomes

Homens de ciência, professores, antigos alunos, velhos companheiros de grandes jornadas antifascistas, comunistas, antifascistas, católicos progressistas, socialistas, personalidades independentes, gente de todos os quadrantes democráticos políticos e ideológicos unidos em torno da homenagem a Ruy Luís Gomes e aos ideais de Abril, assinalaram com um almoço, no passado sábado, a homenagem: acional àquele professor e democrata de toda a vida.

Na mesa, presidida pelo homenageado, ombream lado a lado personalidades como José Morgado, Virgínia Moura, Vasco Gonçalves, Ângelo Veloso, Oscar Lopes, Alberto Amaral (em representação da Universidade), Nuno Grande, Corino de Andrade, Álvaro Ferreira Alves, Raul de Castro, Pacheco Gonçalves, Fernando de Almeida, Gomes Carneiro, Alcina Bastos, Daniel Bessa, Laginha Serafim.

Impressionante foi o número de saudações e telegramas que ali chegaram de associações, de estruturas populares e sindicais, de autarquias, de personalidades destacadas: Álvaro Cunhal, Carlos Costa, Octávio Pato, Sérgio Vilariges, Jorge Araújo, Armando Teixeira da Silva, Salgado Zenha, Gualter Basílio, Rosa Coutinho, Vítor Alves, José Gomes Ferreira; da d.ª Aye Erzan, em nome de mais de 1000 professores despedidos de universidades turcas pelo regime fascista; da Associação 25 de Abril, do Embaixador da URSS, da URAP, da Sociedade Portuguesa de Matemática, da Associação dos Trabalhadores Científicos, do MDM, do Secretariado da Federação Nacional dos Professores, entre muitas e muitas outras.

Foram muitos os que dessa forma e de viva voz aludiram ao seu passado de luta e resistência ao fascismo, à sua actividade de cientista e professor, à sua importante contribuição para que tivesse sido possível o 25 de Abril. E foi com uma «calorosa saudação aos Capitães de Abril» que Ruy Luís Gomes começou por exprimir o sentido mais fundo daquele convívio, a poucos dias que estamos do X aniversário da Revolução dos Cravos. Enjejo ainda para evocar os companheiros de luta ao longo de dezenas de anos: «recordar o passado — um passado tão intensamente vivido — é tam-

bém uma forma de nos comprometermos com o futuro, o futuro de que não abdicaremos e que consiste em levar por diante o projecto de Abril». Um projecto que, nas palavras do Professor Ruy Luís Gomes, se defende «defendendo em todos os momentos a Constituição, tanto no seu texto como especialmente na luta pela realização das virtualidades e potencialidades de Abril».

A homenagem dos comunistas

«Ao camarada Ângelo Veloso coube levar a saudação e homenagem dos comunistas portugueses: «Encontrámo-nos sempre,

«Uma homenagem justa — e necessária. Porque o 25 de Abril foi também o fruto maduro dessa luta difícil, persistente, corajosa, abnegada dos trabalhadores e antifascistas portugueses, de que Ruy Luís Gomes foi obreiro e é símbolo ímpar.»

Senhor Professor, nos duros anos da ditadura, no mesmo lado da barricada. Nas perseguições, nos calabouços ou nos interrogatórios da PIDE, nos tribunais plenários, nas cadeias ou no exílio — em toda a prepotência da repressão sofrida aprendemos a encontrá-lo nas primeiras fileiras da resistência e da dignidade.

E é ainda nas primeiras fileiras que o encontramos na luta do nosso povo por eleições honestas, pela extinção da PIDE, pela amnistia aos presos políticos, pelas liberdades fundamentais, contra as guerras coloniais e pelo direito à independência das colónias portuguesas, pelo pão e pelo trabalho, pela independência nacional e pela paz, pela democracia e pela liberdade.

Em vésperas do X aniversário de Abril esta homenagem não é apenas justa. É também

uma homenagem necessária. Porque o 25 de Abril foi também e sobretudo o fruto maduro dessa luta difícil, persistente, corajosa, abnegada, dos trabalhadores e dos antifascistas portugueses.

No Professor Ruy Luís Gomes nós saudamos assim um símbolo ímpar da resistência e da luta popular e democrática que tornou possível a Revolução dos Capitães de Abril e que, logo a partir de 1974, tomou nas mãos e definiu o conteúdo, a amplitude e a profundidade das transformações sociais, culturais e políticas do País e que, depois, hoje, toma nas mãos defender e continuar Portugal de Abril.

Dez anos depois de Abril de 74, as coisas não vão bem neste país.

Há quem ouse pôr em causa a «descolonização» como se fosse possível a um povo livre interrogar-se sobre a liberdade de outros povos.

Há quem queira insidiosamente incutir a dúvida sobre se Abril valeu a pena, como se fosse possível não valer a pena sermos livres.

Há quem vergonhosamente queira atribuir as responsabilidades da grave crise do País, às grandes transformações de Abril, às nacionalizações, à Reforma Agrária, à melhoria das condições materiais e culturais da vida do Povo português, aos direitos e liberdades alcançadas, como se a liquidação dos monopólios e dos latifúndios e o combate à exploração desenfreada, à miséria, ao atraso e obscurantismo não tivessem sido historicamente a condição primeira para a consolidação da democracia e para o desenvolvimento, a independência e o progresso do País.

Dez anos depois ai estão a avançar de novo de mãos dadas a reconstituição dos monopólios e dos latifúndios e a subserviência ao estrangeiro, com a governamentalização da comunicação social, o reforço

das forças policiais, a reconstituição da polícia política.

São faces da mesma moeda a intensificação da exploração, a liquidação de direitos fundamentais e os projectos-lei que vergonhosamente admitem as buscas sem mandato, a violação de correspondência, as prisões por arbitrio policial.

Os resistentes antifascistas reconhecem aqui a cara do inimigo. E por isso saudamos a atitude exemplar de Ruy Luís Gomes, recusando dar cobertura às chamadas «comemorações oficiais» do X aniversário do 25 de Abril, onde em vez dos Capitães de Abril estão generais reaccionários, e em vez de democratas, fascistas mal disfarçados.

É nesta situação particularmente grave que esta homenagem ganha o seu mais amplo significado.

Porque hoje o caminho que se abre aos democratas é ainda o da resistência e da luta de que Ruy Luís Gomes é exemplo. Resistência às forças fascistas da sociedade portuguesa. Luta por defender e continuar Portugal de Abril.

Resistência e luta que exigem, por um lado, a co-erção de todas as camadas sociais não monopolistas e, por outro, a aproximação e acção comum de todos, mas todos, os democratas e patriotas.

Ora, não é possível em Portugal falar de unidade democrática sem ter Ruy Luís Gomes como ponto de referência essencial. Submetido às mais fortes pressões ideológicas, políticas e sociais — «conato», caluniado, perseguido —, Ruy Luís Gomes recusou sempre dividir ou limitar a largueza e a amplitude do campo democrático, como recusou, também sempre, confundir-lo ou largá-lo aos inimigos da unidade.

Esta homenagem, hoje, dez anos depois de Abril, aponta-nos assim o caminho necessário para a alternativa urgente: continuarmos todos juntos a luta por um Portugal próspero, democrático, livre e independente. (...)

É este, crêmo-lo, o mais importante significado desta homenagem e o seu alcance nacional.

revista internacional 34 (117)

EXPERIÊNCIAS DOS PARTIDOS
 DOS CONGRESSOS DOS COMUNISTAS
 INFORMAÇÃO SOBRE NOVAS EXPERIÊNCIAS
 INTERCÂMBIO DE OPINIÕES/DEBATES
 NOSSO TEMPO/ACONTECIMENTOS/
 COMENTÁRIOS
 PANORAMA BIBLIOGRÁFICO
 DOCUMENTOS/CORRESPONDÊNCIA/
 INFORMAÇÕES

O movimento feminino nos anos 80

Os perigos do racismo nos nossos dias. Materiais de um simpósio internacional.

Egipto: Que mudanças?

Preço: 50\$00 MARÇO-ABRIL 1984

O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

25 ABRIL

A luta continua Portugal de Abril vencerá

Unir e lutar em defesa de Abril

UMA GRANDE VITÓRIA EM S. PEDRO DA COVA

Resolução da Comissão Política sobre as Assembleias

já à venda

sumário

- Pág. 1 A luta continua. Portugal de Abril vencerá
- Pág. 3 Resolução da Comissão Política do Comité Central sobre as Assembleias — algumas normas a seguir
- Pág. 5 A propósito do 10.º aniversário do 25 de Abril. Unir e lutar em defesa de Abril
- Pág. 10 Uma grande vitória em S. Pedro da Cova
- Pág. 13 A Junta APU — 12 meses de trabalho abnegado em defesa das populações
- Pág. 15 1.ª Assembleia da Organização do CLL
- Pág. 19 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Beja
- Pág. 23 II Conferência Nacional do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa
- Pág. 27 As lutas no Alentejo e Ribatejo contra o desemprego, pelo trabalho e pelo pão
- Pág. 29 Documentos. Manifesto ao povo português

Trabalhadores

Contra os planos do Governo larga movimentação popular

— pelo pão, pelo trabalho, contra a carestia

- **Marchas do Porto**
- **Jornada em Lisboa**

«O Primeiro-Ministro fecha os olhos às realidades do País», disse o coordenador da comissão executiva da CGTP-IN, depois da audiência a que Mário Soares acabou por aceder na última segunda-feira. Depois de numerosas prisões de dirigentes e activistas sindicais, quatro dirigentes do órgão executivo da Central (Armando Teixeira da Silva, Manuel Lopes, José Encarnação e Sá Pereira) não encontraram qualquer abertura da parte do chefe do Governo, que se limitou a realinhar a intenção de prosseguir com a mesma política contra quem trabalha e produz.

A Inter apresentou durante a audiência em São Bento uma série de propostas para encerrar de frente alguns dos mais graves problemas nacionais,

com relevo para a liquidação dos salários em atraso, o congelamento dos preços de bens e serviços de primeira necessidade, a criação de novos postos de trabalho, a actualização do salário mínimo nacional.

O coordenador da Inter disse que Mário Soares não deu «nenhuma resposta».

Como o Governo pelos vistos continua mudo perante questões de tanto alcance, a via da luta reforça-se e a **Federação dos Metalúrgicos (FSMMMP)**, após plenário nacional de activistas sindicais reunidos anteontem, em Lisboa, Porto, Braga e Santarém, «na sequência das deliberações do último plenário da CGTP-IN», decidiu «reforçar a mobilização do sector na luta

por uma nova política — um novo Governo.

No mesmo sentido se orientaram as lutas da semana passada e as que estão a decorrer, designadamente as paralisações nos transportes, a jornada de ontem em Lisboa, a **luta dos vidreiros** as marchas pelo pão, pelo trabalho, contra a carestia no Porto, e nos dis-

Porto:
«Está na hora!»

Três marchas convergiram no sábado para a Praça da Liberdade no Porto. Dezenas de milhar disseram mais uma vez não à política de fome e desemprego. «Está na hora, está na hora de o Governo se ir embora», «O Governo tem obrigação de respeitar a Constituição» e «Queremos trabalho e pão, desemprego não» foram lemas da vontade uníssona de prosseguir a luta contra um Governo marcado pelos piores projectos e pelas mais graves ameaças que têm pesado so-

as reunidas no Largo de S. João Batista mandaram a CGTP-IN para «dinamizar as mais variadas formas de luta, de modo a concretizar em data oportuna uma grande jornada nacional de protesto, que assumirá formas avançadas e superiores de luta pela demissão do Governo PS/PSD».

Os salários atrasados, a repressão violenta e a miséria que aflije milhares de famílias mobilizaram os trabalhadores de Setúbal, Seixal, Barreiro e Almada — zona das mais afectadas pela política ruinosa da coligação.

Para Braga convergiram marchas e colunas de **Guima-**

dos distritos participaram, intervindo, dirigentes nacionais da CGTP-IN.

Vigília em Montemor

«Que cesse imediatamente a ofensiva contra a Reforma Agrária e seja reposta a legalidade democrática, passando pelo cumprimento das decisões do Supremo Tribunal Administrativo» é a primeira de uma série de oito reivindicações principais aprovadas na vigília que, no dia 13 do corrente, reuniu, segundo a comissão organizadora, «milhares de trabalhadores» numa vigília de quinze horas em frente à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Uma delegação dos manifestantes foi recebida na Câmara. Os vereadores da APU, PS e



PSD «mostraram-se solidários com a luta contra o desemprego, afirmando unanimemente que as terras abandonadas devem ser cultivadas», refere ainda a comissão organizadora da vigília, que assina um comunicado conjunto com o secretariado das UCPs/Cooperativas de Montemor-o-Novo, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, o MURPI de Montemor, a Comissão Unitária de Mulheres e a União dos Sindicatos da mesma vila alentejana.

Entre as reivindicações da moção aprovada durante a vigília destaca-se a que refere «os 13 mil hectares de terras

abandonadas ou subaproveitadas no concelho», incluindo 400 hectares de regadio. «Que sejam cultivadas para pôr fim ao desemprego», reclamam os trabalhadores.

«Que as instituições democráticas — conclui a moção — assumam as suas responsabilidades, utilizando os mecanismos constitucionais de forma a pôr fim à política de desastre nacional desencadeada por este Governo contra o povo e o 25 de Abril, e que se encontrem as alternativas democráticas que permitam a formação de um Governo democrático, com uma política democrática, ao serviço do povo e do país».

- **Paralisações: Siderurgia Nacional, dias 17, 18 e 19; pré-avisos para a hotelaria do Algarve e Sorel/Licar (22 e 23/4); Fábrica Vilar (18 e 19)**
- **Vidreiros: Caravana da fome junta-se à concentração de Lisboa**
- **Marchas pelo pão, pelo trabalho, contra a carestia: de âmbito distrital em Setúbal e Braga**
- **Vigília em Montemor-o-Novo**
- **Vitórias unitárias nas eleições para CTs (Arsenal, BTA e Transtejo), no Sindicato dos Vidreiros e nos Mineiros do Sul**
- **Reconhecidos direitos sindicais aos trabalhadores das EFFAS (estabelecimentos fabris militares) pelo Tribunal Constitucional**
- **Metalomecânica pesada: greve e outras lutas nos dias 17, 18 e 19 do corrente**
- **Delegação da CGTP-IN recebida pelo chefe do Governo**



Três marchas convergiram no último sábado.

tritos de Braga e Setúbal, a vigília em Montemor-o-Novo, as paralisações e concentrações na Siderurgia Nacional e em todo o sector da metalomecânica pesada, especialmente as promovidas pelas ORTs da Equimetal, Sorel, Cometra e Mompur, empresas do sector empresarial do Estado.

bre o povo português depois do 25 de Abril.

Setúbal e Braga

As marchas do distrito de Setúbal convergiram para Almada. Cerca de 20 mil pesso-

rões, Vila Nova de Famalicão, Esposende, Barcelos e Braga. «Há saída sim senhor, com o povo trabalhador» foi um dos protestos mais ovacionados contra a vida cara e as perspectivas antinacionais do Governo PS/PSD.

Em todas as iniciativas de luta e de protesto nos referi-



... para a Praça da Liberdade, no Porto, onde milhares de pessoas disseram mais uma vez não à política de fome e desemprego.

Governo provoca Greve na CP

Depois de um plenário — concentração no largo fronteiriço à estação do Rossio, em Lisboa, no dia 6 deste mês, a greve nacional de 48 horas seguida com larga adesão pelos trabalhadores ferroviários da CP deveu-se à inflexibilidade do Governo, que pretende impor um tecto salarial de 17 por cento, que fica pelo menos 16 pontos abaixo do aumento do custo de vida, após a vigência do acordo anterior revisto há mais de um ano.

O conselho de gerência daquela empresa pública, que emprega como se sabe um total superior a 20 mil trabalhadores, considera justas as reivindicações salariais, mas, segundo os representantes sindicais, escuda-se na má situação financeira da CP para manter salários muito inferiores ao já alcançados em outras empresas públicas do mesmo ramo, designadamente a Transtejo, que conseguiu médias de aumentos que rondam os 22 por cento nos salários a receber este ano.

As posições intransigentes do Governo e do conselho de gerência afectaram a circulação ferroviária na segunda e terça-feira passadas, designadamente nas ligações entre Lisboa e o Sul do Tejo, nas ligações entre Lisboa e Porto e noutras zonas do País com relevo para as carreiras fluviais da CP entre Lisboa e o Barreiro.

As reivindicações que determinaram a paralisação aprovada no plenário-concentração do dia 6, que reuniu à volta de 4 mil ferroviários no Rossio, constam de um documento aprovado e entregue ao conselho de gerência e ao Ministério do Equipamento Social.

Os trabalhadores e as suas organizações representativas, designadamente a Federação dos Sindicatos Ferroviários, defendem, além de uma revisão

salarial condigna, a suspensão da lei que responsabiliza os municípios pelos transportes urbanos e suburbanos. Os trabalhadores lutam ainda pela

«O êxito desta greve deve-se ao facto de a esmagadora maioria dos ferroviários entender que este Governo e o conselho de gerência da CP, que lhe faz o jogo, terem demonstrado a incapacidade absoluta para negociar e dialogar com os trabalhadores, pelo que lhes cabem todas as responsabilidades de um conflito que deve e tem de ser resolvido à mesa das negociações», afirma o Secretariado da Federação dos Sindicatos Ferroviários num primeiro balanço da greve que considera «altamente positivo», ao contrário do que pretende fazer crer a «campanha de mentiras que o conselho de gerência tenta veicular através de órgãos da comunicação social».

revisão das carreiras profissionais.

O argumento da falta de dinheiro não colhe para os sindicatos. Dirigentes sindicais recordam que o Governo está a subsidiar uma empresa privada para o transporte marítimo de fuel de Sines para o Carregado, quando esse transporte podia ser efectuado pela CP. Através do Ministério responsável, o Governo está a subsidiar esse transporte privado com um milhão e meio de contos através do Fundo de Abastecimento.

Dizem ainda os dirigentes sindicais que a CP podia efectuar o mesmo trabalho por metade do preço. Cem mil contos foram entretanto investidos pela CP no terminal do Carre-

gado para poder transportar aquele fuel. Assim se desperdiçam os dinheiros que deveriam suportar os aumentos salariais indispensáveis, inclusivamente à melhoria dos serviços prestados pela CP que tem vindo a encerrar, como se sabe, ramais e estações sem contrapartida para as populações e os trabalhadores.

Os representantes sindicais, que já conduziram quatro gre-

ves no primeiro trimestre deste ano pela revisão do acordo, e duas concentrações em Lisboa, uma delas pela actualização das pensões e regalias dos reformados, condenam os actos de gestão inconsiderados e perigosos para o futuro da empresa, responsabilizando o Governo e o conselho de gerência pela incapacidade que continuam a demonstrar.

Em conferência de imprensa antes de desencadear a greve, as associações sindicais representativas salientaram que, na semana anterior, desenvolveram sem resultado uma série de diligências junto dos órgãos do Poder. Foram-lhes recusadas audiências pedidas ao primeiro-ministro e ao ministro dos Transportes.

sector dos transportes, as tentativas de imposição dos «acordos» com os divisionistas e as pretensões de não incluir nas convenções colectivas algumas regalias conquistadas, designadamente na Transtejo, as situações na Carris, no Metro e na CP continuam a constituir motivos muito sérios de mobilização e luta no sector. Plenários e uma concentração junto à Secretaria de Estado dos Transportes (dia 17) resultam especialmente da «política de transportes do actual Governo, nomeadamente as importantes questões abertas pelos Decretos-Leis 439/83 e 77/84», com os quais foi de-

Acção sindical / LUTAS / Actividades

● **22 por cento na Sorefame** — Embora a administração tenha garantido em Janeiro que não haveria aumentos de remunerações este ano, os trabalhadores da Sorefame através de fortes e decisivas acções de luta, na empresa e na rua, conseguiram 22 por cento de aumentos médios globais (18 por cento na tabela salarial a partir de Abril). O acordo só será definitivo depois da aprovação do restante clausulado. Os 22 por cento não incluem apenas a tabela salarial. Incluem também 1250 escudos de subsídio de transporte para todos os trabalhadores que, segundo porta-voz das organizações representativas (ORTs) estão dispostos a prosseguir a luta pela estabilidade, a defesa dos postos de trabalho e o desenvolvimento da Sorefame.

● **A Múta é dos pescadores** — Distribuída no domingo, uma nota à Imprensa da parte da Federação dos Sindicatos das Pescas, depois de referir que desde as 9 horas desse dia uma força da PSP impedia na «Voz do Operário» em Lisboa a «continuação da Assembleia Geral da Múta dos Pescadores da Pesca Artesanal legalmente convocada para o efeito», repudiava essa «acção fascizante do Governo Soares/Pinto». Exigindo a reposição imediata da legalidade democrática na Múta, a Federação reclamava a garantia do exercício do direito de voto para «os cerca de 1000 pescadores que se haviam deslocado de vários pontos do país com o objectivo de eleger os corpos gerentes da sua associação. «Toda esta ilegalidade de carácter fascista» — concluiu a Federação, referindo o impedimento policial do direito de reunião — «vem na sequência da ilegalidade de roubar a gestão aos pescadores democraticamente eleitos» em assembleia recente.

● **Mariscadores e viveiristas de Olhão** — «Recentemente atingidos por uma pesada e escandalosa carga fiscal imposta pelo Governo PS/PSD» que, a ser aplicada, implicará «aumentos de tributação que atingem os 600 por cento em muitos casos», os mariscadores e viveiristas reunidos (num total aproximado de 300) em Olhão exprimiram por unanimidade «o seu inteiro repúdio por essa medida que consideram asfixiante para a sua actividade económica»,

exigiram a anulação dos aumentos de impostos e decidiram «promover um abaixo-assinado», enviando imediatamente às autoridades uma exposição sobre os impostos, que consideram «um verdadeiro atentado a um sector responsável por uma importante verba na exportação de marisco». Estão previstas outras formas de luta.

● **Transportes: pelo desbloqueamento da contratação. Contra a «taxa municipal dos transportes»** — Os atrasos nos processos de contratação colectiva no

sencadeada «uma ofensiva sem precedentes contra as empresas públicas do ramo e contra os seus trabalhadores». A comissão executiva da FSTRU (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN) protesta contra a criação da «taxa municipal dos transportes» (D.L. 439/83), que «mais não é do que um novo imposto a cobrar pelas autarquias, destinada a encobrir o propósito governamental de fazer recair integralmente sobre os passageiros e os trabalhadores dessas empresas (nacionalizadas) o custo total dos transportes».

concertada do Governo que, se for levada até ao fim, conduzirá à completa destruição das empresas actualmente existentes, à supressão de milhares de postos de trabalho e à extinção de alguns dos mais importantes direitos dos trabalhadores».

● **Banca: trabalhadores rejeitam o CCTV do Governo** — Uma actualização média dos salários da ordem dos 29 por cento foi exigida no Congresso do Sindicato dos Bancários do Norte, que terminou no dia 11 no Porto. Em Lisboa, numa concentração efectuada no dia seguinte em frente à

ferências compulsivas de trabalhadores; deixa ao arbitrio de cada conselho de gestão a criação de funções não contempladas no CCTV; e pretende inrômeter-se directamente na gestão do SAMS (Serviço de Assistência Médico-Social) e na sua regulamentação sem ouvir a opinião dos bancários». A proposta governamental funciona, segundo os trabalhadores, como «jogada de antecipação intimamente ligada às intenções de abrir o sector à iniciativa privada».

● **Fábrica Vilar: agudização da luta depende da administração** — A administração da fábrica Vilar (bicicletas — São Mamede de Infesta) comprometeu-se a liquidar os salários em atraso (11 500 contos em 13 do corrente). Depois de um plenário nesse dia, que a administração tentou impedir sem êxito, paralisando o trabalho das 10 às 11 da manhã, os cerca de 200 trabalhadores voltarão a parar, se não for cumprida a promessa assumida perante o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, segundo a qual os atrasados seriam pagos até hoje. Se o pagamento não se verificar, há pré-aviso já entregue para o prosseguimento das paralisações previstas para ontem e hoje, 19 do corrente. Entre as reivindicações dos trabalhadores conta-se a anulação do desconto ilegal de três horas nos salários dos que participaram num plenário em Janeiro findo. O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto considera que «a luta deu resultados positivos», segundo comunicado de 13 do corrente.

● **Repressão na Madeira com intervenção da PSP** — Entre os casos de repressão em empresas da Região Autónoma da Madeira, especialmente sobre trabalhadores ligados ao movimento sindical, o secretário do Sindicato da Hotelaria divulgou recentemente o sucedido no Hotel Vila Ramos onde, após o referido Sindicato «ter comunicado à empresa, nos termos da lei, que dois trabalhadores que exercem cargos sindicais não trabalhariam nos dias 4 e 5 deste mês, por motivo de desempenho das suas funções (sindicais) a entidade patronal, em flagrante desrespeito pelas leis em vigor, impediu-os de entrar na referida unidade hoteleira, ilegalidade que contou com a colaboração de um piquete da PSP».

Um livro que foi a alvorada despertadora do horizonte literário nos anos 40

Estelios

Soeiro Pereira Gomes

Os seus heróis são crianças-homens de «caras tismadas, olhos assombrados, corpos angulosos e alquebrados por fadigas mal vencidas à espera também da sua alvorada» libertadora.

edições Avante!



Na Sorefame (imagem de arquivo) o êxito das lutas tem reflexos nos aumentos salariais

Acerca do D.L. 77/84 afirma a FSTRU: Com esse diploma o Governo trata já da transferência do património e do pessoal das empresas públicas de transportes para as autarquias, e avança com a possibilidade de constituição de empresas de economia mista, a partir das empresas actualmente existentes, ou concessão a terceiros dos transportes actualmente confiados às empresas públicas. Depois de prevenir contra o desmantelamento da RN («constituição de empresas regionais») a FSTRU sublinha que se trata de «uma acção

sede do Banco de Portugal, a proposta de contratação do Governo que, surpreendentemente se antecipou à iniciativa sindical, foi simbolicamente rasgada em público, à semelhança do que aconteceu em 1972 durante uma acção de luta dos bancários contra o fascismo. Convocada por diversas organizações unitárias (sindicais e CTs) com o alheamento da direcção do SBSI/UGT, a concentração, segundo os organizadores, tornou-se indispensável, assim como outras formas de luta, pois a proposta governamental «restringe as liberdades sindicais e do controlo de gestão; possibilita trans-

Internacional

NICARÁGUA

Uma manobra de diversão de consequências imprevisíveis

O aumento da tensão na América Central, provocado pelo ascenso dos ataques dos contra-revolucionários liderados por Eden Pastora à Nicarágua, justamente quando nos Estados Unidos sobem de tom as recriminações à política de Reagan naquela região, pode degenerar em qualquer momento num conflito generalizado de consequências imprevisíveis.

Após uma semana em que a actividade da administração Reagan no que se refere à América Central esteve submetida a críticas cerradas tanto por parte da maioria dos membros da Câmara dos Representantes como do Senado dos EUA, na sequência da denúncia e posterior reconhecimento público da intervenção directa da CIA na minagem dos portos nicaraguenses; depois da generalidade dos países da América Latina, do bloco socialista e mesmo da Europa capitalista terem condenado a minagem (excepção feita ao governo do «very special friend» Mário Soares), quer pelos efeitos directos de bloqueio económico à Nicarágua quer pelo perigo que representa para a navegação internacional; quando enfim o presidente da comissão do Senado norte-americano para as informações, Daniel Moynihan, apresenta a sua demissão como o meio mais solene para protestar contra as criminosas acções do governo do seu país contra o regime sandinista, eis que as atenções se viram de súbito para o ataque da autodenominada ARDE de Eden Pastora à região de San Juan del Norte, a sul da Nicarágua, a partir de bases contra-revolucionárias situadas na Costa Rica.

Se se tiver presente que ainda recentemente o traidor Pastora se andava a lamentar por quantos órgãos de informação que o quisessem ouvir de não possuir meios para prosseguir a sua actividade, e que a ARDE estaria mesmo em vias de desaparecimento por falta de dólares e armas, não podem restar dúvidas de que alguém ouviu os seus lamentos e lhe forneceu mais um balão de oxigénio...

Por outro lado, há que convir que o novo ataque à Nicarágua, curiosamente registado numa zona fronteiriça deserta, já que a população havia sido evacuada por se tratar de um local tradicional de confrontos, ocorreu na melhor altura para Ronald Reagan.

Com efeito, que melhor serviço se poderia prestar ao responsável da Casa Branca, num momento em que se encontra sob o fogo cerrado de praticamente todos os sectores da política norte-americana, do que arranjar uma manobra de

diversão que deslocasse o centro das atenções para outro lado?

O facto da diversão ser lançada a partir da Costa Rica, cujo presidente tem repetidamente afirmado o seu desejo de neutralidade em relação à Nicarágua mas onde a CIA actua mais ou menos livremente com o apoio dos sectores mais reaccionários costarriquenhos, não se deve certamente ao acaso. Com o elevado número de tropas norte-americanas concentradas nas Honduras em mais um dos múltiplos exercícios militares conjuntos, e com as repercussões inevitáveis que teria um ataque directo a partir daí no actual ambiente de desconfiança que se vive em Washington, a estratégia de desestabilização teria de centrar-se num polo distinto, ainda que só aparentemente.

E aqui que entre Eden Pastora e toda a força das agências de informação, transformando mais um acto de agressão ao pequeno porto de extremo sul do litoral atlântico da Nicarágua, que não representa nem um objectivo estratégico militar, nem um objectivo económico, num acontecimento da máxima importância.

A rapidez com que Eden Pastora veio a público anunciar a próxima formação de um governo provisório na referida região, isolada, selvagem e pantanosa, é no mínimo ridícula. Resta saber se Reagan está disposto a enfrentar novas críticas internas reconhecendo o pantanoso «governo» de Pastora...

Guerra na Primavera Paz no Verão

De acordo com muitos analistas políticos norte-americanos, os estrategas da campanha eleitoral de Reagan estabeleceram um calendário em relação à política para a América Central repartido da seguinte forma: intensificação das acções de guerra no Outono (passado) e na Primavera e ampla campanha de paz para o Verão e Outono deste ano, para fechar com chave de ouro a campanha das presidenciais.

Ou seja, levar tão longe quanto possível as manobras de agressão e destruição em



O Exército Popular Sandinista defende a Revolução dos ataques dos contra-revolucionários comandados pelos Estados Unidos

particular na Nicarágua e El Salvador, para na recta final das presidenciais Reagan se apresentar ao eleitorado com renovadas propostas de paz sob a sua égide.

É de crer que tais estratégias não tenham previsto as agudas reacções à minagem dos portos nicaraguenses, inclusive no seio do próprio partido Republicano de Reagan e, não menos importante, dos tradicionais aliados europeus. O mesmo se poderá dizer no que toca aos financiamentos para as acções em El Salvador e na Nicarágua, entretanto congelados.

O escândalo provocado pelo director da CIA, William Casey, ao afirmar que a Agência encara a possibilidade de pedir a um outro país, como a Arábia Saudita, que envie dinheiro aos contras da Nicarágua, é bem revelador da arrogância e do poder de que dispõe aquele verdadeiro Estado dentro do Estado norte-americano. Mas também um sinal de isolamento.

Não menos elucidativo do «respeito» com que nos EUA se acatam as decisões do Congresso é o anúncio de que Reagan decidiu recorrer ao orçamento da Defesa para financiar a actividade contra-revolucionária na América Central.

Nesta luta de faixões e moderados, onde é bom não esquecer que o que está em causa não são tanto os objectivos

a alcançar mas a forma de os alcançar, torna-se importante salientar o auto-desmascaramento dos tão cantados valores da «democracia» americana.

Desde as desassombradas declarações da embaixadora dos EUA na ONU, a ultra-reaccionária Jane Kirkpatrick, para quem a existência da Nicarágua Sandinista é um atentado aos interesses vitais dos Estados Unidos e logo deve desaparecer, até ao vice-presidente George Bush que não se coíbe de revelar que quando Reagan considera a Nicarágua costuma dizer que um Castro já é de mais no hemisfério, vale tudo.

O que coloca uma vez mais na ordem do dia a necessidade de incentivar as acções de solidariedade para com os povos vítimas da agressão norte-americana, e sublinha a importância da Congerência Inter-

nacional sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central que se vai realizar em Lisboa de 3 a 6 de Maio.

A situação agrava-se a passos largos. Firmemente disposta a levar a cabo à máxima do famoso Documento de Santa Fé, onde se afirma que a guerra, e não a paz, é a norma que rege as relações internacionais, a administração Reagan tem vindo a provocar um número crescente de vítimas para satisfazer os seus interesses imperialistas. E é bom não esquecer que as acções directas dos Estados Unidos e as das ditaduras que apoiam provocaram nos últimos vinte anos mais de um milhão de mortos na América Latina!

A luta contra esta política, o apoio aos povos que se batem pelo direito à independência, pela paz e pela democracia é um dever de toda a comunidade internacional.

Comunicado conjunto MLSTP-PCP

A convite do Comité Central do MLSTP uma delegação do Partido Comunista Português (PCP), conduzida ao mais alto nível pelo seu Secretário-Geral, camarada Álvaro Cunhal, efectuou à República Democrática de São Tomé e Príncipe uma visita de amizade e de trabalho de 6 a 10 de Abril de 1984.

A delegação do PCP foi recebida pelo camarada Manuel Pinto da Costa, presidente do MLSTP e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

A delegação do PCP manteve conversações com uma delegação do MLSTP chefiada pela camarada Alda Graça do Espírito Santo, membro do Bureau Político do Comité Central, secretário para o Departamento dos Assuntos Políticos e Ideológicos.

Participaram nas conversações:

Da parte do PCP: Sérgio Vilariques, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central; da parte do MLSTP: Romão Pereira do Couto, membro do Bureau Político do Comité Central do MLSTP; Henrique Pinto da Costa, membro do Secretariado Político do Comité Central do MLSTP; Flávio da Costa, membro do Comité Central do MLSTP.

As conversações desenvolveram-se num clima de amizade e franqueza, permitindo às duas delegações analisar o nível das relações existentes entre as duas organizações, e estudar as vias e meios para o reforço do seu desenvolvimento.

Durante as conversações, as duas delegações procederam a troca de experiências acumuladas em vários domínios da vida de ambas organizações, o MLSTP e o PCP.

A delegação do PCP registou com satisfação os progressos já alcan-

çados pelo povo santo-tomense na reconstrução nacional sob a direcção da sua vanguarda, o MLSTP.

Por outro lado, o MLSTP registou com satisfação os esforços e êxitos do Partido Comunista Português no sentido de materializar os ideais do povo português claramente expressos na revolução de Abril.

As duas partes analisaram profundamente as questões que preocupam a Humanidade, a luta pela paz, a independência nacional, o progresso social dos Povos.

As duas delegações analisaram as graves problemas que o continente africano enfrenta e concluíram que todas as tentativas que visam entrar a libertação estão condenadas ao fracasso.

Analisando a situação na África Austral as duas partes exprimiram o seu total apoio e solidariedade aos povos de Angola e Moçambique, ao MPLA-PT e ao Partido Frelimo.

O PCP e o MLSTP reafirmaram a sua solidariedade com a justa luta do povo namibiano pela sua independência em conformidade com a Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU.

Reafirmaram ainda o seu apoio à SWAPO, único e legítimo representante do povo namibiano.

As duas partes denunciaram vigorosamente o regime de apartheid e reafirmaram a solidariedade indelével para com o povo irmão da África do Sul e sua vanguarda, o ANC.

As duas delegações expressaram o seu apoio e solidariedade ao povo maubere para o reconhecimento e efectivação da independência nacional de Timor-Leste.

Após a análise da situação no Sahara Ocidental, as duas delegações reiteraram o seu

apoio à luta do povo saharau sob a direcção da Frente Polisário.

As duas delegações reafirmaram que nenhuma solução justa, global e duradoura do problema palestino pode ser conseguida sem a participação da OLP, sem o reconhecimento do direito do povo palestino à edificação de um Estado independente e sem a evacuação das forças invasoras sionistas dos territórios árabes ocupados.

As duas delegações reafirmaram a sua solidariedade indelével para com a luta do povo libanês e pela salvaguarda da unidade nacional, pela soberania e pela integridade territorial do Líbano.

O PCP e o MLSTP reiteraram a sua solidariedade militante e o seu indefectível apoio a todos os movimentos de libertação em África, na Ásia e na América Latina.

As duas delegações sublinharam a importância do Movimento dos Não-Alinhados como factor do regulamento dos problemas internacionais, da promoção da cooperação internacional e da salvaguarda da Paz e da segurança no mundo.

As duas delegações sublinharam também a importância da amizade e solidariedade recíproca de todas as forças da independência nacional, do progresso social e da paz.

A delegação do PCP agradeceu ao MLSTP pelo acolhimento caloroso e fraternal que lhe foi reservado. Expressou o seu apoio e solidariedade ao povo santo-tomense, ao MLSTP e ao seu presidente, o camarada Manuel Pinto da Costa, os sentimentos de fraternidade, de solidariedade militante e de alta consideração do PCP português e do PCP.

São Tomé, 10 de Abril de 1984

SOCIALISMO
Intensificação da economia com participação popular

Os números que nos vêm da CEE são os números do desemprego, da inflação, mesmo da liquidação, ou severa limitação, de sectores fundamentais da indústria — os ramos clássicos. Números a que se somam outros factos, não menos importantes: a marcha dos trabalhadores italianos sobre Roma; a grande greve dos mineiros da Grã-Bretanha, cujos piquetes móveis, a despeito da repressão policial, vão conseguindo fechar mina após mina; e ainda a marcha dos trabalhadores da siderurgia da Lorena, que desembocou numa grandiosa manifestação em Paris.

Mas a crise não campeia por todo o mundo. E a par dos números da CEE, em flagrante contraste com a realidade do mundo capitalista — temos os dados económicos referentes à comunidade socialista. Dados económicos claramente positivos.

A produção agrícola soviética cresceu em 5 por cento em 1983, relativamente a 1982. Pela primeira vez nos últimos 9 anos todas as repúblicas do estado multinacional soviético (incluindo as com menos potencialidades neste domínio) cumpriram os planos de produção pecuária. Um êxito que não pode deixar de estar intimamente ligado à concretização do programa alimentar, nomeadamente no domínio da tecnologia, de novas formas de gestão e — como foi destacado na Conferência Económica Nacional sobre o sector agro-industrial, pelo camarada Gorbachev, membro do Politburo e do secretariado do CC do PCUS — das transformações sociais que se estão a operar no campo, ao nível da habitação, cultura e serviços sociais.

Também os elementos sobre crescimento económico do CAME (organização de inter-ajuda e coordenação económica entre píses socialistas), são completamente díspares dos provenientes da CEE.

Assim, no último boletim de imprensa do CAME destaca-se que, durante o último decénio, os ritmos de crescimento económico dos países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) foram duas vezes superiores aos registados nos países capitalistas desenvolvidos. Actualmente o seu rendimento, à escala mundial, é de 25 por cento e a produção industrial, 33% — abarcando quase um terço do potencial científico e técnico de todo o mundo, sendo que o seu actual potencial económico ultrapassa o dos Estados Unidos e Europa capitalista, tomados em conjunto.

Uma mesma evolução positiva se regista em países socialistas que ainda hoje estão a arrancar de uma base de grande atraso. Neste plano o exemplo do Vietnam é significativo.

Entre os últimos dias de Janeiro e a primeira semana de Fevereiro de cada ano, realizam-se na República Socialista do Vietnam as festas tradicionais do «Tet». É o fim do ano lunar. Época de balanços e de novos planos.

Reflectindo o balanço feito e as perspectivas que se abrem ao povo Vietnamita, o «Nhan Dan», órgão central do Partido Comunista do Vietnam, destaca que no último triénio foram lançadas as bases para um se-

guro avanço na construção da sociedade socialista. Em 1983, são de assinalar, em particular, os êxitos alcançados no domínio da agricultura, sector fundamental da economia vietnamita. Pela primeira vez conseguiu-se alcançar o auto-abastecimento alimentar (para um pequeno país, com 55 milhões de habitantes).

Para 1984, a Assembleia Nacional da RDV aprovou um plano socio-económico que prevê um significativo aumento dos índices da produção e serviços. No que respeita à produção industrial e agrícola apontam-se par 18 milhões de toneladas de cereais (17 milhões em 1983); um crescimento de 31,4% nos investimentos estatais destinados a construções básicas; um aumento na produção de electricidade e cimento, respectivamente de 12 e de 83 por cento. E progressos no domínio da saúde e do ensino.

Tarefas fundamentais

Para a União Soviética e o conjunto da comunidade socialista surgem hoje, como tarefas fundamentais, o acelerar do progresso técnico-científico (com uma rápida aplicação das novas descobertas científicas no domínio da produção), a economia de recursos, a reestruturação do sistema de gestão — numa palavra, a intensificação da economia, como condição base para uma permanente melhoria das condições de vida dos povos da comunidade socialista.

Assim, se nos últimos 5 anos (1979-83), o rendimento nacional da URSS aumentou 19 por cento (6 nos Estados Unidos),

a produção industrial 18 por cento (1 nos Estados Unidos) e a produtividade de trabalho 14 por cento (3 nos EUA) — actualmente a perspectiva é avançar mais e melhor nesta direcção.



Para isso estão a ser tomadas algumas medidas, não só de carácter económico, mas também socio-político.

No último plenário do Comité Central do PCUS, reunido já este mês, foi aprovada uma resolução «sobre o aperfeiçoamento do trabalho dos sovietes de deputados do povo». Esta resolução prevê um progressivo aumento do papel dos sovietes no plano económico e social, nomeadamente no que respeita ao consumo e serviços, e ainda no trabalho político, ideológico e cultural.

O plenário do CC do PCUS afirmou mesmo que o desenvolvimento das atribuições dos sovietes, uma rigorosa aplicação do princípio leninista de unidade de funções legislativas, administrativas e de controlo, e a mais ampla participação das massas trabalhadoras na resolução de problemas de Estado — constitui uma das grandes tarefas do Partido.

Paralelamente o Plenário do CC do PCUS, reunido em Abril, em Moscovo, aprovou em generalidade as «grandes opções da reforma do ensino geral e profissional», após a introdução das emendas resul-



tantes do debate nacional do projecto (em que participaram 120 milhões de pessoas).

Na resolução respeitante à reforma do ensino, destaca-se que «o aumento do grau de instrução e cultura do povo constitui um dos princípios base da consolidação geral do potencial ideológico, político, económico e defensivo do país, do desenvolvimento da democracia socialista, do progresso da sociedade socialista rumo ao comunismo».

Por outro lado está em fase de elaboração um projecto de programa complexo de desenvolvimento da produção de bens de consumo e serviços, programa que virá a ser integrado no próximo plano quinquenal, previsto para a segunda metade dos anos oitenta. Mais um projecto a ser submetido à discussão popular.

Um conjunto de factos só possíveis com o socialismo, e que traduzem a sua essência.

O caminho da Paz

Em Comiso, base militar norte-americana na Itália, vão ser colocados 140 mísseis Cruise, em vez dos 112 inicialmente previstos. Também em território da RFA se prepara a colocação de um maior número de Pershing-2. Concretamente, os planos actuais dos EUA e da NATO são a instalação no continente europeu de 688 mísseis Cruise e Pershing-2, em vez dos 572 que constavam da decisão da NATO, de 1979.

A escalada na corrida aos armamentos continua. Mesmo sem a invocação de quaisquer argumentos. Uma escalada que no fundo desmascara a falsificação dos argumentos utilizados — a estafada invocação da «ameaça militar» soviética.

E nem só dos novos mísseis nucleares se trata. A corrida desenvolve-se em todos os planos.

Segundo um memorando secreto, elaborado pelo almirante James Watkins, chefe do estado-maior operacional da Marinha dos EUA, o Pentágono aposta no aumento do «poder de choque» da marinha norte-americana, elevando o número dos seus navios de guerra para 600 unidades até 1990.

Em conferência de imprensa realizada em Bona, capital da RFA, o vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata (SPD), denuncia, como desestabilizadores, os projectos norte-americanos para projectar a guerra no Espaço.

As pretensas propostas norte-americanas para um acordo no domínio das armas químicas, surgem como indistintamente falsas, pois são acompanhadas pela aprovação de novos fundos para o fabrico dessas mesmas armas.

Denunciando o carácter demagógico das pretensas pro-

postas de diálogo da administração Reagan, nomeadamente no que se refere à corrida aos armamentos no Espaço e às armas químicas, o camarada Konstantin Tchernenko, secretário-geral do PCUS, afirma: «mostram-se dispostos a falar connosco só com o objectivo de chegarem à conclusão de que é impossível alcançar um acordo», recusando o recomeço de quaisquer conversações «sobre quantos e exactamente quais os mísseis que os EUA querem instalar na Europa e que têm como alvo a União Soviética e os seus aliados».

Simultaneamente a URSS avança com sistemáticas propostas de desarmamento. Trata-se de medidas destinadas a evitar uma guerra nuclear: o compromisso de todos os Estados nucleares de não procederem ao primeiro golpe nuclear, o congelamento quantitativo e qualitativo dos arsenais nucleares, o estabelecimento de normas nas relações entre os Estados nucleares. Por outro lado, através de uma carta enviada ao secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, defende uma limitação nas actividades militares navais, com uma série de medidas, em que se destacam: a não expansão da actividade naval nas zonas de

